



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, na última semana, aprovamos projetos importantes para a agricultura brasileira, aqui, na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Na última terça-feira, dia 4 de dezembro, aprovamos o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que institui os princípios de uma nova política nacional de irrigação. É o PL nº 229, de 1995, relatado pelo Senador Waldemir Moka e que está aguardando votação no plenário, em regime de urgência. É um projeto importantíssimo para a agricultura brasileira. O substitutivo tem 45 artigos, que estabelecem os conceitos do agricultor irrigante, incluindo agricultura familiar, além dos oito instrumentos da Política Nacional de Irrigação, com destaques para planos e projetos de irrigação, incentivos fiscais, crédito e seguro rural, pesquisa científica e tecnológica, assistência técnica e treinamento dos agricultores, tarifas especiais de energia elétrica e certificação dos projetos de irrigação entre outros.

O relatório do Projeto informa que a área irrigada, nas Américas, é de 48.324.878 hectares, dos quais 57,7% estão nos Estados Unidos, 13% no México, 6,5% no Brasil, onde cerca de 30 milhões de hectares seriam de solos aptos para a agricultura irrigada. Desses, são irrigados apenas 4,5 milhões de hectares, conforme o Censo Agropecuário de 2006. Isso significa que 25 milhões de hectares, aproximadamente 85% dos solos aptos ainda aguardam investimentos em sistemas de irrigação e drenagem.

Concordamos com o Relator que o incremento da produção agropecuária do País e mesmo a sua manutenção nos níveis atuais não podem ser baseados apenas na expansão da fronteira agrícola, na expansão da área plantada. É necessário que haja aumento de produtividade, e um dos mecanismos para se obter tal elevação é a irrigação. Ainda segundo o texto, os incrementos de produtividade com o uso da irrigação podem alcançar 492% no feijão, 218% no algodão e 177% no milho, 115% no arroz, 104% no trigo e 62% na soja, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Moka pelo brilhante relatório que fez e pela aprovação desse Projeto, que é realmente da maior importância para a agricultura brasileira.

Aprovamos também o PLC nº 90, de 2012, que estabelece o prazo de 2 anos contados do requerimento do detentor de posse em faixa de fronteira para que a União se manifeste. Se isso não acontecer, a regularização da propriedade será imediata.



Atualmente, os títulos de propriedade situados na faixa de fronteira, 150 km a partir da linha de fronteira do Brasil com países limítrofes, são considerados irregulares, levando uma situação de insegurança jurídica a milhares de produtores rurais brasileiros. Somente em Rondônia são 27 Municípios de fronteira com problemas de regularização fundiária. No País, passa de 250 mil o número de pedidos de regularização protocolados junto ao Incra, que não consegue dar conta de toda essa demanda.

O Projeto, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul, também já foi apreciado pela Comissão de Relações Exteriores; está na Comissão de Constituição e Justiça, e, como Relator naquela Comissão, espero aprovar o meu relatório na próxima semana em decisão terminativa, Senador Moka. É também um projeto importantíssimo que passou por esta Comissão, onde V. Ex<sup>as</sup> o aprovaram. E espero poder aprová-lo, o mais rápido possível, na CCJ para que possa virar lei.

Os dois projetos, que têm origem na Câmara dos Deputados, concluindo a sua tramitação no Senado sem alterações, serão encaminhados à sanção da Presidenta Dilma.

Nesta audiência pública de hoje, vamos debater a portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que proíbe a aplicação, por meio de pulverizações via aeronaves, de um grupo de inseticidas habitualmente usados na lavoura de algodão.

Essa foi uma demanda trazida pelos Senadores Blairo Maggi e Cidinho Santos, do Mato Grosso, atendendo apelo dos produtores de algodão manifestado pelo Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, Dr. Sérgio De Marco, por meio do Ofício nº 006, de 2012, da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão. Entretanto, o assunto é de interesse de toda a agricultura brasileira, pois a pulverização aérea é uma prática comum em várias culturas como soja, arroz e outras.

A portaria foi adotada com base no princípio da precaução, sob o argumento de que há eminente perigo à sobrevivência da população de abelhas.

Os representantes dos agricultores pedem a suspensão da portaria até a conclusão de estudos definitivos, pois alegam que não há elementos que comprovem os efeitos citados.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, informo à Comissão que encaminhei pessoalmente à Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o Ofício nº 245, de 2012-CRA, que passo a ler:

*Sr<sup>a</sup> Ministra,*

*Tendo em vista o recebimento do Ofício nº 006, de 2012, datado de 5 de dezembro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Sérgio De Marco, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia*



*Produtiva do Algodão e Derivados, que trata da questão que envolve a proibição do uso de inseticidas por via de aplicação aérea para a cultura de algodão, bem como as consequências econômicas da referida proibição, comprometendo o PIB do agronegócio brasileiro, informo a V. Exª que realizaremos audiência pública no dia 13 de dezembro de 2012, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para debater o tema.*

*Dessa forma, solicito o apoio na articulação de providência dessa Casa Civil com o objetivo de alterar a proibição editada em ato conjunto entre MAPA e IBAMA, face à ausência de novos produtos que substituam os citados princípios e também o fato de que não existem estudos que concluam pelos riscos das referidas aplicações aéreas.*

*Reitero que a manutenção dessa proibição acarretará a perda do controle sobre o manejo da praga do bicudo-do-algodoeiro, além da ameaça da mosca-branca e dos pulgões, que promovem danos à cultura e são controlados com eficiência pelas aplicações aéreas.*

*Lembro que os produtos referidos são também eficazes no controle de pragas da cultura de soja no Brasil.*

*Certo de contar com o apoio e providências de V. Exª, desde já manifesto protestos de elevada estima e consideração.*

*Atenciosamente,*

*Comissão de Agricultura do Senado*

Estive pessoalmente com a Ministra Gleisi Hoffmann, que já nos deu retorno, marcando para hoje de manhã uma reunião, às 10h30, quando estaremos reunidos para debater esse assunto da mesma forma que o faremos nesta audiência pública aqui.

Comunico ainda à Comissão o recebimento dos Ofícios nº 509, 521 e 522, subscritos pela Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, encaminhados ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Mendes Ribeiro, à Srª Ministra-Chefe da Casa Civil e à Ministra de Estado do Meio Ambiente.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 41, de 2012, aprovado em 06/12/2012, de minha autoria, com a finalidade de debater e avaliar as consequências econômicas da proibição da aplicação de ingredientes ativos (imidacloprido, tiametoxam, fipronil e clotianidina) na cultura do algodão e da soja, com a presença dos seguintes convidados: Ênio Marques, Secretário da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);



Cósam de Carvalho Coutinho, Diretor do Mapa; Luís Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Mapa; Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Diretor Substituto de Qualidade Ambiental e Coordenador-Geral de Avaliação de Controle de Substâncias Químicas do Ibama, representando também o Ministério do Meio Ambiente; Alexandre José Cattelan, Chefe-Geral da Embrapa Soja; Paulo Eduardo Degrande, Professor da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul; Sérgio De Marco, ex-Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa); Carlos Henrique Fávaro, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja/MT).

Convido a fazer parte da Mesa o Dr. Carlos Henrique Fávaro, o Dr. Sérgio De Marco, o Dr. Paulo Eduardo Degrande, o Dr. Alexandre José Cattelan, o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas e o Dr. Ênio Marques, do Mapa.

Agradeço a presença de todos os senhores convidados na nossa audiência pública. Sejam todos bem-vindos!

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Antes que comece a exposição do tema que se pretende analisar nesta audiência pública, Presidente Acir Gurgacz, eu gostaria apenas de fazer um registro sobre as providências tomadas no Ministério da Agricultura, particularmente na área da defesa sanitária agropecuária animal, a respeito de uma ocorrência no Paraná. As providências tomadas tiveram da parte do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Defesa Sanitária uma correta avaliação.

Eu queria fazer esse registro, porque as consequências de um caso dessa natureza são muito grandes, especialmente do ponto de vista do conceito que o Brasil tem no âmbito sanitário e também do impacto disso sobre os mercados. O Japão suspendeu a compra de carne, a África do Sul está fazendo o mesmo. Então, é preciso muita cautela e muito cuidado. Houve a iniciativa do Ministro Mendes Ribeiro Filho de informar à Organização Internacional de Epizootias (OIE), com sede em Paris, a respeito do que aconteceu. Os exames feitos comprovam que houve seriedade na abordagem desse tema.

Também é importante que os fiscais federais agropecuários tenham, dentro da estrutura do Ministério, o respaldo necessário para o trabalho e que, na área da defesa sanitária agropecuária, não haja interrupção da liberação de recursos, porque essa é uma área, eu diria, crucial para os interesses do setor primário brasileiro.

Esse era o registro que eu gostaria de fazer, renovando as providências tomadas pelo Ministro Mendes Ribeiro Filho.



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Meus cumprimentos pela sua colocação. Realmente, esse é um tema da maior importância para todo o nosso País.

Agradeço a presença à Senadora Ana Amélia, que sempre está conosco; ao Senador Cyro Miranda; ao Senador Waldemir Moka; ao Senador Pedro Taques. Hoje, S. Ex<sup>as</sup> participam, junto conosco, desta audiência pública.

Iniciando nossos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Carlos Henrique Fávaro, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja/MT).

**O SR. CARLOS HENRIQUE FÁVARO** – Bom dia, Senador Acir! Eu queria saudá-lo e, na sua pessoa, os demais Senadores e as demais autoridades aqui presentes.

Eu queria comentar rapidamente os impactos causados por essa medida, que consideramos intempestiva e extremamente danosa à agricultura brasileira.

Eu tinha preparado uma apresentação. Não sei se há jeito de passar a apresentação. (*Pausa.*)

Bom, nós fizemos alguns estudos e vamos apresentar os impactos agronômicos, econômicos, entre outros impactos.

Com relação aos impactos econômicos, os nossos estudos apontam que haverá um aumento de 12% da área cultivada de soja no Brasil. Quanto à substituição de aplicações aéreas por terrestres, nós já estamos no limite da capacidade das operações, devido à expansão significativa de áreas no Brasil, mas ainda temos, talvez, capacidade de fazer aplicações ótimas, com boa qualidade, com o aumento de apenas 20%, lembrando que o controle de percevejos na soja, no Brasil, é feito de forma aérea em 27% desse total.

Por favor, pode passar.

Se essa medida continuar implementada, nós teremos uma redução média na produtividade de soja da ordem de 4,2 milhões de toneladas na safra 2012-2013, o que se estende a praticamente 25 ou 26 milhões de toneladas até 2020. Nós precisaríamos de uma aquisição de muito mais pulverizadores, o que não é possível. A demanda da indústria já está sobrecarregada. Nós teríamos um aumento de custo de produção, tendo em vista que a pulverização aérea é mais eficiente e muito mais barata – dados técnicos, apresentados, inclusive, pela Embrapa.

Por favor, pode passar.

E essas perdas gerariam, segundo nossa previsão, algo em torno de R\$6 bilhões na safra 2012-2013 e que se eleva a quase R\$27 bilhões até 2020 em toda a cadeia da soja.

O menor saldo da balança comercial também é previsto, da ordem de R\$3,7 bilhões na safra 2012-2013 e, até 2020, essa redução das receitas cambiais brasileiras poderá ocorrer até a ordem de R\$16 bilhões. Isso,



certamente, iria gerar também aumento da inflação, aumento do custo da cesta básica.

Pode passar, por favor.

Geraria, conseqüentemente, muito menos empregos na cadeia. Estimamos que algo em torno de 270 mil empregos a menos essa medida geraria no setor.

Também temos aumentos dos impactos ambientais. A ampliação da área de soja para compensar a demanda mundial por esse produto é da ordem de 1,3 milhão de hectares adicionais; o maior uso de agrotóxicos, porque, à medida que você não tem eficiência, não consegue aplicar na hora certa, você precisa aumentar as dosagens, e, ainda assim, o controle não é eficiente. Conseqüentemente, um círculo vicioso e muito perigoso no aumento das dosagens dos agrotóxicos.

Um impacto também para o Governo, para todos os governos, da ordem de R\$900 milhões na diminuição da arrecadação. Isso poderia gerar até R\$4 bilhões até 2020.

Por favor.

Então, rapidamente, nós fizemos algumas considerações para esta Plenária.

Quero lembrar que o Brasil é um País tropical. Nós produzimos até três safras em 2 anos, e aí é impossível evitar a migração de pragas de uma cultura para outra. Conseqüentemente o seu combate é extremamente dificultado – a Embrapa pode certificar isso que nós estamos falando.

A soja é uma planta autógama, que realiza o autocruzamento, e a polinização ocorre antes da abertura do botão floral. Ou seja, as abelhas não têm preferência por essa cultura. Portanto, entendemos também que o impacto ambiental pela pulverização aérea não seria muito grande, ou praticamente nulo, com relação às abelhas na cultura da soja.

Todos os impactos demonstrados implicam diretamente no futuro da soja no Brasil. Esse setor que gera os excedentes da balança comercial brasileira, que cresce a passos largos, não pode ficar refém de medidas intempestivas e que não são amplamente debatidas com o setor, com a pesquisa, com a sociedade organizada.

A proposta da Aprosoja é que sejam criados seminários, *workshops*, congressos sobre o assunto, junto a pesquisas, junto com as entidades organizadas. Hoje o setor da soja, do algodão é extremamente organizado em associações, está aberto a um amplo debate. Estamos aqui também, presidentes da Abrapa – presidente ainda em exercício e o novo Presidente, Sérgio De Marco –, e tenho certeza, falando em nome deles também, que o setor está sempre propenso a buscar solução para os problemas que atingem o meio ambiente brasileiro. Mas gostaria que as medidas não fossem tomadas de forma



intempestiva, como foi esse comunicado do Ibama, que trará sérios problemas para esse setor da agricultura brasileira.

Por favor, mais um.

As considerações finais.

Consideramos uma medida radical; estudos, praticamente nenhum; nós temos informações apenas de estudos com relação à citricultura no Sudeste brasileiro. Também gostaríamos que estudos regionais e no Centro-Oeste fossem providenciados para que medidas como essa fossem tomadas. Um fator de instituir uma rede de pesquisa nacional de estudos e monitoramento das populações de abelhas que envolvam a Embrapa, universidades e outras entidades de pesquisa, para estudar o impacto dos inseticidas nas colmeias. É fundamental que medidas como essa sejam tomadas para que toda a cadeia saiba das suas responsabilidades e das suas obrigações.

E, por último, a falta de uma política para o setor. Não podemos mais conviver com essa falta de harmonia entre os órgãos, registrando as ausências de uma política de entidades de entradas e saídas de produtos, haja vista que impactam diretamente na vida de milhares de cidadãos e na saúde financeira do País.

Pode passar.

Eram essas as minhas considerações. Lembro que o ponto maior que a Aprosoja quer trazer aqui, Senador Acir, é o amplo debate. Medidas intempestivas causam sérios impactos. Eu nunca vi ser saudável para qualquer atividade ser mudada a regra durante o jogo.

Os produtores adotam altas tecnologias, hoje são cada vez mais profissionais, os produtos para a safra 2013-2014 já estão sendo adquiridos pelos produtores, faz parte da nossa cultura adiantarmos a nossa comercialização, a nossa compra de insumos também, para garantir um pouco de estabilidade para esse setor, que tem várias variáveis. E, com medidas como essa, certamente, os impactos são praticamente irreversíveis e gostaríamos que esta Casa nos ajudasse a buscar o bom senso dentro desse setor.

Eram essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Henrique Fávaro.

Nós passamos a palavra ao Dr. Sérgio De Marco, ex-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), agradecendo, mais uma vez, a sua presença aqui conosco.

**O SR. SÉRGIO DE MARCO** – Bom dia, Presidente. Bom dia aos demais Senadores presentes. O Presidente da Abrapa está aí, meu amigo Gilson Pinesso. Estou exercendo o cargo até o dia 31 dezembro. No dia 2, ele assume, e já fizemos a festa. Então, como já estava por dentro, aceitei vir defender os interesses do algodão aqui na audiência pública.



Muito obrigado, Presidente, por ter atendido a correspondência da Câmara Setorial, que é a cadeia toda, que agrega exportador, indústria têxtil e produtor. Foi dessa a reivindicação, porque a cadeia é enorme no Brasil e ela precisa... Quando você tira na raiz, no setor primário, um problema que você não vai mais produzir, a cadeia é enorme, e você rompe com a cadeia.

Até o início dos anos 90, o Brasil cultivava mais de 4 milhões de hectares de algodão, em alguns Estados do Nordeste, São Paulo e Paraná.

A praga do bicudo-do-algodoeiro aliada à baixa tecnologia utilizada pelos produtores desligou a cultura e fez com que as indústrias têxteis brasileiras passassem a importar o algodão. Os produtores do Cerrado brasileiro, dos Estados de Mato Grosso, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, retomaram o cultivo do algodão no final dos anos 90, adotando as mais modernas técnicas de produção e um modelo de gestão empresarial eficiente.

A retomada do algodão se deu por iniciativa própria dos produtores, que ainda tiveram o trabalho de sair pelo mundo divulgando a qualidade da fibra brasileira para garantir e conquistar os mercados mais exigentes da Ásia. O resultado desse esforço foi que, na safra 2011-2012, nos colocamos como o quinto maior produtor de algodão do mundo, cultivando uma área de 1.393.000 hectares e produzindo 1.900.000 toneladas de pluma; o terceiro maior exportador, tendo exportado 1.043.000 toneladas. O Produto Interno Bruto (PIB), gerado pela cadeia do algodão foi de 19,190 bilhões. É a segunda cadeia que mais emprega no Brasil.

No setor produtivo – a indústria, o comércio e a loja que vende –, nós empregamos 1.700.000 pessoas diretas, sendo superados apenas pela construção civil no Brasil. Movimentamos uma massa salarial acima de US\$780 milhões por ano. É o segmento que mais paga para o seu empregado no Brasil, gerando, na última safra, US\$7,7 bilhões de impostos – federais, estaduais e municipais.

Estamos profundamente indignados com a forma como o Ibama e o Mapa trataram a questão da proibição do uso de alguns inseticidas em pulverização aérea. Baseados na intenção de fazer uma revisão de alguns princípios ativos em 2013, proibiram a aplicação aérea de quatro produtos, sem se darem ao trabalho de avaliar os impactos econômicos que esta medida causaria ao setor. Alegando ter adotado o princípio de precaução, não se basearam em nenhum estudo técnico que comprovasse os riscos às abelhas aqui no Brasil, com o nosso clima e a nossa dimensão territorial. Nem a Embrapa, única empresa de pesquisa do mundo que detém tecnologia para a agricultura nos trópicos, foi consultada; muito menos os nossos produtores de algodão.

Pelo contrário, alertamos o Ministério da Agricultura diversas vezes sobre o impacto negativo dessa medida unilateral e precipitada, e não fomos atendidos. Os inseticidas imidacloprido, tiametoxam e outros aí, alvos da proibição para uso de pulverização aérea pelo Ibama, fazem parte das poucas opções de



ingredientes ativos em inseticidas disponíveis no mercado para o controle de pragas. O nosso problema é que as outras opções de produtos que estão à disposição no mercado são os organofosforados e peritroides, que estão ultrapassados. São altamente tóxicos e não seletivos aos inimigos naturais e ainda ineficientes do ponto de vista agrônomo.

A tecnologia de produção de algodão no Brasil evoluiu muito, e não se permite mais o uso desses produtos em determinadas fases da cultura. O controle de algumas espécies de pragas sugadoras, como percevejos, mosca-branca, pulgões e outros ficam sujeitos ao uso exclusivo de inseticidas neonicotinoides, a base das moléculas que estão sendo proibidas.

Nosso problema é a falta de opção de novas moléculas no mercado devido à burocracia que existe na Anvisa, no Ibama e no Mapa para se obter um registro de qualquer produto agroquímico. O argumento do Ibama para suspender os nematicidas é uma ameaça às abelhas, isso tudo baseado em dados obtidos na Itália e na Alemanha, países de clima temperado e que nunca cultivaram nem soja, nem algodão.

A agricultura que se pratica no país de clima tropical, que é o nosso caso, não pode ser comparada à agricultura dos países de clima temperado. Se quisermos equipar o manejo das culturas aqui com o praticado num clima temperado, estamos quebrados. Não há dúvida. Se for equiparar Alemanha, Itália ou qualquer outro país da Europa com o clima do Brasil para fazer agricultura, o Brasil arrebenta, quebra. E não quebra em 3 anos. Em 2 anos. Lá, a natureza se encarrega de eliminar muitas pragas, doenças e ervas daninhas no período de inverno rigoroso. Aqui, temos calor e umidade o ano todo e ainda praticamos até três safras consecutivas por ano. As pragas e doenças migram constantemente de uma cultura para outra, obrigando-nos a combatê-las com eficiência. Caso contrário, não produzimos nada.

A Embrapa desenvolveu tecnologia para clima tropical e exporta essa tecnologia para o mundo todo, e tem de ser respeitada e consultada quando o assunto é agricultura neste País. A Embrapa! Dentro da Embrapa, tem gente competente. No clima tropical, ela é respeitada não no Brasil, mas mundialmente. Temos que preservar a nossa competitividade e levar em conta as diferenças da agricultura dos Trópicos.

O produtor brasileiro não gasta 60% do seu custo de produção em defensivos agrícolas porque quer jogar dinheiro fora; usa somente os produtos necessários para manter a produtividade esperada nas suas lavouras; e gasta o estritamente necessário, caso contrário não seria tão eficiente.

Não podemos simplesmente seguir os interesses dos outros continentes em diminuir ou desacreditar a agricultura brasileira. Temos que promover uma agenda envolvendo órgãos do Governo, Embrapa, comunidade científica e produtores, que assumam a responsabilidade de providenciar a revisão dos critérios para registro de novos defensivos; que discuta o porquê da demora



ou a má-vontade em fazer realidade a opção dos genéricos; e também que possa averiguar a fundo por que o mesmo produto vendido aqui no Brasil custa até dez vezes mais que em outro lado do mundo.

Os agricultores estão sendo explorados de todas as formas e ainda são ameaçados pelo próprio Governo brasileiro, que deveria defendê-los.

O sonho do produtor é não usar nenhum produto químico nas suas lavouras, assim estaria economizando e sendo ambientalmente correto. Mas, na agricultura tropical, o fator que mais onera os custos de produção é a quantidade de fungicidas, inseticidas e herbicidas necessários. Portanto, temos de encontrar uma solução que nos dê segurança para continuar.

Estamos no limite da legalidade, e todos os dias um fiscal do meio ambiente, do trabalho ou da Receita Federal bate às nossas portas para nos responsabilizar pelo fato de estarmos produzindo alimentos, gerando empregos e contribuindo decisivamente para equilibrar a balança comercial brasileira.

Um dado importante. Sr. Presidente, que peguei agora com o meu assessor: a produção de mel, nos últimos anos, triplicou de tamanho. O mel vem de onde? Vem do inseticida? Vem do algodão? Vem da soja? Vem da abelha! E triplicou a produção de mel do Brasil – fonte: CBA.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sérgio, pela sua explanação.

Lembro que o agronegócio é responsável pelo saldo positivo da balança comercial brasileira. Se não fosse o agronegócio – não é, Senador Moka? –, a balança comercial brasileira seria, com certeza, negativa, e a participação na produção de algodão, de soja, de grãos tem uma importância muito grande para esse resultado.

Vamos ouvir agora o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Diretor Substituto de Qualidade Ambiental e Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama.

Muito obrigado pela sua presença, Dr. Márcio.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS** – Bom dia a todos. Muito obrigado.

Agradeço ao Presidente da Comissão o convite feito ao Ibama e espero poder corresponder à expectativa que foi gerada com a nossa presença aqui no sentido de dar os esclarecimentos.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Espero esclarecer basicamente esses pontos sobre os quais nós mais temos recebido críticas. E elas, aqui, pelos componentes da Mesa que me antecederam, ficaram bem claras.

Há um questionamento com relação à fundamentação legal da medida; um questionamento em relação à fundamentação técnica da medida adotada pelo Ibama; sobre a oportunidade da medida e os impactos da medida.



Eu vou procurar esclarecer todas essas questões e tentar deixar claros os problemas que nós estamos enfrentando no País, esclarecendo também que nós temos sensibilidade para o fato de que o papel do regulador é difícil. Nós temos de compatibilizar diversos interesses, e, nessa questão especificamente, nós temos diversos interesses envolvidos: interesses da sociedade civil, interesse na preservação ambiental; interesse da agricultura, tanto do ponto de vista da apicultura quanto dos agricultores; e os interesse da indústria química, que também se faz muito forte e muito presente nessa questão, como nós vamos ter oportunidade de ver.

Então, por favor, eu gostaria de passar... (*Pausa.*) Ah, eu tenho o controle aqui! Então, eu vou fazer a apresentação.

Em primeiro lugar, com relação à legalidade da medida, eu gostaria só de esclarecer o seguinte: pela legislação brasileira, da qual somos fiéis cumpridores, para um produto ir ao mercado no Brasil, para ele ser colocado na prateleira, não para ele ir ao campo, mas para que ele possa ser utilizado no Brasil, ele precisa ser avaliado e registrado. E, nesse processo de avaliação, o produto sofre três olhares: o olhar da Agricultura, o olhar do Meio Ambiente, o olhar da Saúde. Pela nossa legislação, qualquer um dos três olhares, a qualquer momento, pode identificar problemas para que esse produto não seja registrado no Brasil. E o produto, não sendo registrado, não irá para a prateleira.

Portanto, esses produtos aos quais nós nos estamos referindo agora, se nós tivéssemos, na época da avaliação, o conhecimento que nós temos hoje, eles não estariam na prateleira, e nós não estaríamos aqui, discutindo esse assunto.

Nesse processo, não é ouvido ninguém. Pela legislação brasileira, são os três órgãos que avaliam isso, dentro de procedimentos internacionais, adotados no mundo inteiro. Não se esqueçam de que esse é um mercado internacional. O mercado do agronegócio e o mercado do agrotóxico são mercados internacionais que obedecem a regras internacionais. Graças a essas regras internacionais, existem as famosas barreiras não tarifárias, às quais a agricultura brasileira está sujeita e com as quais a agricultura brasileira tem sofrido. Então, também nesse interesse, nós atuamos.

A nossa legislação diz que “caberá à autoridade competente tomar imediatas providências, sob pena de responsabilidade, uma vez que se tenha identificado qualquer característica que cause dano ao meio ambiente” e estabelece, então, a atuação de cada um dos três órgãos, com a sua autonomia em relação aos procedimentos, delegando-nos a atribuição de estabelecer diretrizes e exigências, objetivando minimizar os riscos apresentados pelos agrotóxicos, e, inclusive, de propor mudança de formulação, dose ou método de aplicação.

Portanto, nós estamos absolutamente fundamentados na legislação quando adotamos as medidas que adotamos, inclusive em termos de tempo. Foi



exatamente quando nós fomos sabedores dos problemas ambientais causados por esses produtos que nós agimos da forma que está colocada aqui.

Para a gente entender perfeitamente a lógica da nossa legislação, quero mostrar o ela diz. A nossa legislação diz que o processo de avaliação de agrotóxico é esse, mas que o registro de agrotóxico não tem prazo de validade. Por isso, foi criado, como previu o legislador, o instituto da reavaliação, que significa exatamente isto: quando tomamos consciência de que um produto com registro no Brasil causa qualquer problema à saúde pública, ao meio ambiente ou à eficiência fitossanitária, esse produto pode ser reavaliado, a qualquer momento, pelos três órgãos. Existe uma regra estabelecida para esse processo de reavaliação.

No caso dos produtos de que estamos tratando, há praticamente dois grupos. Um deles é o grupo dos neonicotinoides, que já foi comentado aqui e que é composto por imidacloprido, clotianidina e tiametoxam. Quais são os problemas desses produtos, então? Eles têm alta toxicidade aguda, são mais modernos e, portanto, mais seletivos no combate às pragas e possuem alguns efeitos interessantes, até então desconhecidos, em relação principalmente à toxicidade para abelhas, que são os efeitos tóxicos subletais. É uma toxicidade crônica, não uma toxicidade aguda. O mundo inteiro avaliava agrotóxicos pensando sempre em toxicidade aguda. A partir do surgimento desses produtos, começou a surgir um fenômeno distinto, que é a toxicidade crônica ou subcrônica, que causa distúrbios no comportamento dos insetos polinizadores e ocasiona alguns fenômenos de perda de colmeia e de não retorno dos insetos à colmeia e, consequentemente, o sumiço de enxames.

Esses produtos são sistêmicos, isto é, eles penetram na planta e ficam distribuídos por todas as partes da planta. Eles são altamente persistentes. Quando eles são aplicados, a meia-vida de degradação no solo brasileiro é da ordem 188 dias. Eles são trasladados na planta: se eu os aplicar no solo ou no caule, eles vão aparecendo no pólen e no néctar.

A mesma coisa ocorre em relação ao fipronil, sendo que não há autorização para aplicação aérea do fipronil no Brasil, por solicitação da própria empresa, em função justamente dos problemas que esse produto tem gerado no mundo inteiro. Foi uma iniciativa da própria Basf solicitar o cancelamento do registro para essas aplicações aéreas e foliares no Brasil. Portanto, quando se fala em quatro produtos proibidos, na verdade, há a proibição da aplicação aérea de três produtos, porque esse produto, a própria empresa retirou.

Todos esses produtos, como vou mostrar depois, estão associados mundialmente ao fenômeno conhecido desordem de colapso das colmeias, e aqui há um texto da Embrapa em que destaca exatamente os problemas decorrentes desses colapso e destaca que, embora nós não tenhamos comprovação da ocorrência desses fenômenos no Brasil – e nós nunca afirmamos que esse fenômeno ocorre no Brasil –, nós temos alguns indícios, suspeitas, tanto no Sul



quanto no Nordeste, de ocorrência do fenômeno, mas não há comprovação em relação a isso.

No entanto, é preciso que nós fiquemos alertas, porque esse é um problema que dizimou os enxames na Europa e nos Estados Unidos, motivou uma série de ações no mundo inteiro, e nós, como um País megadiverso, que usamos desse serviço ambiental de polinização para sermos competitivos na agricultura, não podemos abrir mão da nossa biodiversidade nessa questão.

Aqui estão alguns dados, que são de literatura científica, comprovando a importância das abelhas em relação ao papel do serviço de polinização e o ganho que nós temos com esse serviço em relação à produtividade e ao custo da nossa produção agrícola, lembrando que, em alguns países, esse serviço é pago justamente pela falta da polinização natural.

Então, nós temos estimativas no Brasil, só considerando oito culturas – melão, maçã, maracujá, caju, café, laranja, soja e algodão –, da ordem de 10% de um incremento que seria US\$1 bilhão mais ou menos. É o custo que nós temos por esse serviço, que nos é prestado gratuitamente pela nossa biodiversidade.

Setenta e três por cento das espécies agrícolas cultivadas no mundo dependem da polinização, e nós teríamos, hoje, uma perda de produção da ordem de R\$17 bilhões pela perda dos polinizadores.

Nós temos hoje, no Brasil, uma das maiores biodiversidades de polinizadores do mundo. Só de abelhas nós temos 3 mil espécies conhecidas – fora as que a gente não conhece.

Comentou-se aqui que as abelhas não comparecem nas culturas de soja e algodão. Nós temos estudos da Embrapa mostrando a presença nos dois, em ambas as culturas, e mostrando, inclusive, o aumento da produtividade da cultura com a presença desses polinizadores.

Aqui é só um exemplo, destacando que essas abelhas foram coletadas todas no Brasil, em culturas de algodão no Brasil, e aquela segunda abelha que aparece ali, que é uma abelha conhecida de todos nós, uma abelha nativa, foi a abelha em relação à qual já se conseguiu comprovar o efeito de desordem de colapso de colmeia com imidacloprido, que é o processo que está em reavaliação, e com o tiامتoxam.

Então, eu vou, agora, exemplificar e tentar, com essa explanação de cronologia, mostrar que a medida não foi intempestiva, que a medida não foi tomada sem base científica brasileira e tentar mostrar que ela não foi tomada sem ouvir o setor produtivo e sem considerar as medidas solicitadas pelo setor produtivo a qualquer instante, lembrando sempre que, como comentei antes, que nós temos um rito legal a cumprir.

Portanto, nós começamos a nos envolver com esse assunto em maio de 2009, quando o Ministério do meio Ambiente publicou procedimentos administrativos para reavaliação ambiental. Ao mesmo tempo, a Itália – talvez, por isso, o pessoal tenha citado que nós nos baseamos na Itália e na Alemanha, mas



não há nenhum fundamento nessa afirmação –, nesse mesmo momento, estava suspendendo a aplicação dos produtos.

Eu queria lembrar que todos os países – e vou demonstrar isto – que constatarem problemas tomaram imediatamente medidas preventivas. A medida da Itália foi muito mais radical que a nossa. Eles suspenderam a aplicação dos produtos completamente, inclusive para as sementes.

Em outubro, foi criada uma equipe de reavaliação no âmbito do Ibama; em fevereiro, iniciaram-se os levantamentos de ocorrências de problemas ambientais no Brasil; em março, foi publicada uma diretiva europeia adotando medidas em relação a esses quatro produtos; em julho, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul questionou o Ibama em relação a providências a serem tomadas para esses quatro produtos; em julho, o Ibama contratou consultores, visando ao estabelecimento de metodologias para acompanhamento desses problemas e do diagnóstico desses problemas no Brasil.

Em 2010, a Itália suspendeu por mais um ano; em outubro, nós começamos a consultar pesquisadores brasileiros em virtude de eventos ocorridos no Estado de São Paulo; em novembro, nós mandamos seis analistas nossos para fazer um curso de capacitação em avaliação de risco, justamente em função desses problemas de CDC, e lá tivemos contato com vários pesquisadores do mundo inteiro, que estavam debruçados sobre esse tema.

Em janeiro de 2011, contatamos uma pesquisadora brasileira e indicamos por solicitação da Setac internacional a presença de um especialista do Brasil nesse fórum internacional.

Em fevereiro de 2011, com base nos dados ocorridos e com referências científicas, o Ibama fez a primeira versão do comunicado com a intenção de reavaliar os ingredientes. Portanto, há mais de um ano, quase dois anos. E decidimos, então, adiar o início do processo, aguardando as discussões que estavam ocorrendo na Setac, justamente sobre as metodologias necessárias para a avaliação da toxicidade crônica, subcrônica e ensaio de larvas.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, só para não ficar...

Depois eu gostaria de saber – você falou de “casos ocorridos” em fevereiro de 2011 –: ocorridos onde?

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS** – Vou demonstrar.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de ter acesso a essas informações.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS** – Sem dúvida. Elas estão disponíveis e já foram fornecidas, inclusive para a assessoria jurídica das empresas que nos solicitaram isso.

Em março de 2011, o Ministério Público torna a cobrar providências do Ibama.



Em abril de 2011, o Mapa é informado sobre a possibilidade de suspensão da aplicação aérea. As empresas procuram o Ibama, questionando a necessidade da medida, mas, em nenhum momento, apresentam informações do tipo econômico ou medidas que não justificassem a nossa adoção, do ponto de vista de proteção ambiental.

Em abril de 2011, a Basf retira, por iniciativa dela, a aplicação foliar e aérea de todos os produtos contendo fipronil.

Em maio de 2011, é concluído o trabalho contratado pelo Ibama. Esse trabalho hoje está disponível na página do Ibama na Internet.

Em junho, mandamos novamente analistas para fóruns internacionais.

Em agosto, o Ministério Público tornou a cobrar posição do Ibama.

Em novembro, novamente, participamos de fóruns internacionais, discutindo esse tema. Em janeiro, fizemos os primeiros estudos, adotando a metodologia de avaliação de risco preconizada pela União Europeia e decidida nesses fóruns internacionais, dos quais nós participamos, com dados brasileiros dos produtos registrados no Brasil e para a realidade brasileira, como eu vou demonstrar. Depois eu vou apresentar os resultados dessa nossa avaliação de risco.

Em março, três analistas participam do *workshop* de valoração econômica dos polinizadores.

Em março ainda, o Ministério Público torna a cobrar providências do Ibama.

Em junho, nós fazemos a solicitação da organização para cooperação para OECD. Indicamos dois pesquisadores para participar do estudo de testes de larvas.

Em julho, então, publicamos o processo de reavaliação.

Ainda em julho, o Ibama oficializou ao Mapa a necessidade de estudo dos produtos substitutos, porque isso faz parte do rito de reavaliação. A reavaliação é publicada através de um comunicado e, a partir desse início do comunicado, se começa a estudar os produtos substitutos e os problemas fitossanitários decorrentes de medidas que possam ser adotadas ao final da reavaliação. Esse é o rito que está na lei, no nosso regramento legal.

Em 25 de julho, as entidades Sindag, Andef, entidades ligadas às empresas de agrotóxicos, aos aplicadores, à aviação agrícola e aos agricultores, solicitaram uma reunião com o Ibama para esclarecer a medida. Nós fizemos essa reunião. Na reunião, fomos muito claros em dizer o que temos afirmado ao longo de todo esse processo. A nossa intenção não é causar nenhum prejuízo econômico. E qualquer prejuízo econômico, desde que devidamente justificado, será considerado na revisão da medida.

Em julho de 2012, a assessoria jurídica do Sindag solicita ao Ibama todos os documentos que embasaram o comunicado do dia 17. O Ibama fornece



todos os documentos. Imaginávamos que eles iam entrar com alguma ação jurídica impugnando nossa medida. Não entraram, não sei se por uma questão de oportunidade ou por falta de fundamento.

Em agosto de 2012, o Mapa apresenta ao Ibama uma proposta de flexibilização da medida, propondo janelas de aplicação para evitar o prejuízo econômico na safra que nós estamos vivenciando, 2012-2013.

O Ibama acatou praticamente toda a proposta do Mapa, que foi formulada junto com aquele fórum que estava lá, das empresas e dos agricultores. Nós aceitamos praticamente e integralmente, com exceção das culturas de algodão e das culturas de citros, como eu vou explicar mais adiante.

Em agosto de 2012, então, as empresas apresentam ao Ibama os documentos e informações que nós havíamos solicitado quando do início do processo de reavaliação, que fazem parte do rito de reavaliação.

Em setembro, o Ibama, atendendo solicitação das empresas, altera sua medida em relação às etiquetas colocadas no produto.

Em 2 de outubro, publicamos em conjunto com o Mapa o Ato a que me referi anteriormente, que atende a reivindicação dos agricultores e da indústria química, com exceção de citros e algodão, em função dos problemas de risco que vou apresentar.

O Ibama recebe, em outubro, a Fundecitrus para discutir a concessão. Nós prestamos os devidos esclarecimentos, informamos a existência de substitutos, e não fomos mais procurados. Imaginamos que eles ficaram satisfeitos com as respostas que ouviram.

Em novembro de 2012, o Ibama formaliza a necessidade de complementação de dados e estudos adicionais às empresas e reitera a solicitação de análise dos produtos substitutos pelo Mapa. Em 29 de outubro de 2012, o Mapa solicita nova janela de aplicação para soja e algodão.

Em dezembro de 2012, na semana passada, sexta-feira, nós nos reunimos com todas as empresas registrantes, que trouxeram técnicos da Alemanha, de Portugal. Nós trouxemos também os nossos pesquisadores, que estão prestando consultoria para o Ibama nessa questão. Fizemos uma longa discussão em relação aos estudos que estão sendo solicitados por nós. Não houve questionamento algum em relação aos estudos solicitados. Estão nos solicitando simplesmente uma prorrogação de prazo para apresentação desses estudos.

Portanto, do ponto de vista técnico e legal, até hoje não recebemos nenhuma contestação em relação à medida que fosse fundamentada e tivesse fundamento para questionar o nosso fundamento.

Agora, vamos entender como é o processo de reavaliação. Como eu falei, normalmente, tem-se de 4 a 5 meses para preparar o processo. No nosso caso, foram 2 anos. É publicado um comunicado, dando-se às empresas 30 dias para que apresentem a intenção de manter o produto no mercado, os estoques



que possuem de produtos e os novos estudos que possuem em relação aos estudos que não tenham sido apresentados durante o processo de avaliação.

Quase todas as empresas, com exceção de duas que não demonstraram interesse em manter o produto, manifestaram-se informando essas questões. Nós avaliamos os estudos, e estamos hoje justamente naquele x ali. Avaliamos os estudos, verificamos que são necessários novos estudos, exigimos esses novos estudos. O prazo de 30 dias está-se esgotando agora, e até agora, nenhuma empresa apresentou, o que para nós vai significar que eles não têm interesse em manter a molécula no mercado. Em 30 dias, que era o prazo que eles tinham, eles deveriam manifestar-se em relação ao interesse em manter ou questionar os estudos que nós apresentamos. Até agora, não recebemos nenhuma informação em relação a isso, embora tenhamos feito duas reuniões com as empresas, como comentei, onde foram explicitadas as razões de solicitação desses estudos.

A partir de agora e pelo que as empresas, principalmente a Bayer, que é a empresa que apresentou maior consistência nos estudos e quem detinha até pouco tempo a patente do produto... A Bayer já manifestou que vai precisar de cerca de 1 ano para apresentar esses estudos. Então, isso provavelmente vai prorrogar – não era nosso desejo, mas talvez seja uma necessidade técnica – o prazo de reavaliação.

Finalmente, a partir do parecer técnico e da consulta pública, estabelece-se a discussão com o setor da agricultura e com o setor da saúde para concluirmos o processo de reavaliação. Então, ainda não estamos neste momento de consulta formal aos outros órgãos.

Aqui, vou só destacar todo o levantamento de informações de maneira bem rápida, o levantamento que fizemos em *papers*, tanto nacionais quanto internacionais, estabelecendo aquilo de que fomos acusados de não ter: a base brasileira para tomada desta decisão.

O mundo inteiro tem trabalhos publicados, e aqui está aquele que comentei, publicado pela revista *Nature*, e *O Estado de S. Paulo* deu grande destaque a esse trabalho, que é aquele que comprova a relação entre o colapso de distúrbio de colmeia com o tiametoxam. Aqui estão todos os trabalhos no mundo inteiro. Há uma rede mundial hoje, da qual o Brasil faz parte, preocupada com esse fenômeno de colapso de colmeias. Existe uma rede em treinamento internacional para este assunto. O Brasil é parte da Convenção de Biodiversidade e recebe dinheiro do Fundo Mundial de Meio Ambiente para estudar. Há um projeto de polinizadores do qual nos servimos para acessar os pesquisadores brasileiros em relação a esse assunto.

Aqui tem o resumo de todos os documentos, que foi o que o Senador me solicitou há pouco. Aqui está um resumo de todos os documentos que embasaram a nossa medida. Eles estão disponíveis, já foram fornecidos às empresas detentoras de registro, que nos solicitaram isso através da assessoria



jurídica. E nós entregamos. Eles estão disponíveis no Ibama e o entregamos a quem nos venha a solicitar. Eles agora estão até aumentados. Esses aí são os que tínhamos quando adotamos a medida.

Então, existem artigos científicos, artigos técnicos, levantamentos de campo em relação a acidentes de abelhas e, aqui, só para ilustrar que, no mundo inteiro, esse problema está ocorrendo, as medidas estão sendo adotadas por todos os países do mundo inteiro. A maior parte deles... Aqui, na coluna da esquerda, vocês vão enxergar a questão da aplicação aérea. Vocês vão poder constatar, rapidamente, que a maioria dos países não permite a aplicação aérea e os que permitem, como os Estados Unidos, permitem sob severas condições de restrição. A Holanda...

Aqui, as medidas que cada país adotou. O Uruguai, por exemplo, suspendeu, inicialmente, a aplicação aérea e, agora, proibiu o fipronil de maneira definitiva.

Aqui, rapidamente, o nosso estudo de avaliação de risco, que é baseado, como eu comentei, nos *guidelines* que a Europa e os Estados Unidos passaram a adotar. Neste ano, os Estados Unidos passaram a adotar esse mesmo procedimento para avaliação de risco de abelhas.

Eu quero, com isso, mostrar que nós estamos fazendo um trabalho absolutamente brasileiro, mas absolutamente alinhado com o estado da arte do conhecimento desse tema no mundo inteiro. Temos uma equipe qualificada para isso.

Então, a avaliação de risco consiste na determinação de um coeficiente de periculosidade que estabelece a necessidade de estudos adicionais quando houver risco, alto risco ou médio risco para a ocorrência.

Nós fizemos esse estudo no Brasil, para produtos brasileiros, para culturas brasileiras, em três situações: considerando a presença da abelha diretamente na cultura, quando for aplicado o produto; considerando o risco a abelhas não dentro da cultura, as abelhas nativas fora da cultura, para aplicação terrestre e para aplicação aérea.

O resultado está aí. Nós encontramos risco em praticamente 84% das aplicações para abelha dentro da cultura, para qualquer tipo de aplicação.

Para aplicação terrestre, foi variado de acordo com a cultura, de acordo com o produto, que tem doses diferentes. Em alguns, deu risco alto; em outros, deu médio; em outros, deu baixo.

Para a questão da aplicação aérea, nós fizemos um estudo baseado na deriva técnica adotada pela EPA nos Estados Unidos, que é de 8%. A deriva, no Brasil, estimada pela Embrapa, é de 20%, de 10 a 20%. Nós adotamos 8%, que é o valor da deriva técnica dos Estados Unidos e constatamos que, para todas as culturas, para todas as situações de aplicação aérea, para todos os produtos registrados – aqui, é para o imidacloprido –, deu risco alto. Portanto, nós tínhamos de tomar alguma atitude em relação a isso.



Agora, em relação ao impacto econômico da medida, que é a questão que mais está preocupando os nossos agricultores.

Eu gostaria de deixar claro que esses foram os fundamentos para a nossa tomada de medida e nós estamos abertos, o tempo todo, para revisão dessa tomada de medida, e estamos adotando as medidas que o Mapa nos solicita em relação a essa revisão.

Nós temos, hoje, em termos desses quatro produtos que são alvos da medida... Na verdade, três, só, são alvo da medida de proibição aérea, mas quatro estão sob reavaliação.

Os quatro que estão sob reavaliação perfazem, hoje, 10%, eu disse 10% dos inseticidas registrados no País para uso no combate de pragas. Dez por cento, hoje, porque, no ano passado, em 2010, melhor dizendo, eram 5%.

O que aconteceu que o consumo desses quatro produtos pulou de 5% para 10% em um ano? Por que nós estamos tendo um crescimento tão grande da venda desses produtos no Brasil? Por duas razões, basicamente: a primeira é porque houve, no Brasil, o banimento, por parte da Anvisa, de alguns produtos que são inseticidas e que também atuavam nesse combate a pragas aqui. A outra razão é por causa da proibição no resto do mundo.

Naturalmente, as empresas viram no Brasil um bom nicho de negócio para vender os seus produtos, uma vez que estavam perdendo mercado no resto do mundo. Essa é a razão pela qual nós temos essas curvas de crescimento dos produtos aqui.

Então, nós, como medida de prevenção também, precisamos adotar medidas que restrinjam o uso de produtos que estão sendo proibidos no mundo inteiro, em nome da preservação da nossa biodiversidade.

Aqui, é para rebater esse argumento da Aprosoja e do Instituto Mato-Grossense do Algodão de que não há alternativas de combate.

Essas são as pragas que nos foram solicitadas por esses dois institutos, em relação à necessidade de manter os produtos no mercado porque não haveria substitutos.

Então, aí, as pragas que foram comentadas aqui: a mosca-branca, a lagarta desfolhadora, o pulgão-do-algodão.

Para a lagarta desfolhadora, a que foi dada ênfase, aqui, tem 85 produtos registrados, no Brasil, para aplicação aérea, que não esses três que nós estamos restringindo. Oitenta e cinco produtos.

A questão do efeito, aí vem a questão da discussão agronômica, à qual estamos abertos. A legislação brasileira diz o seguinte: para um produto estar no mercado brasileiro, ele tem que ter eficiência agronômica. Se ele não tem eficiência agronômica, ele não deveria estar no mercado brasileiro. Isso é o que a lei diz. Então, nós estamos partindo do pressuposto de que, se está no mercado, ele tem eficiência agronômica. Se nos provarem que não tem, teremos que retirá-



lo do mercado e, naturalmente, flexibilizar a nossa medida. Não há problema nenhum em relação a isso.

Na questão da soja é a mesma situação. Eu queria destacar que a grande crítica que nós recebemos em relação à soja foi a questão de as janelas de aplicação estarem vinculadas a uma questão sazonal: para o Centro-Oeste é uma questão; para o Norte é outra; para o Sul é outra. Isso veio dos agricultores ou da indústria química. Não veio de nós. Nós não fizemos essa proposta. Nós simplesmente recebemos a proposta e a aceitamos.

Aqui é uma declaração do ex-Deputado Federal Fabio Feldmann, que não é da Bancada de Apoio ao Governo, uma declaração muito interessante, que foi publicada nesta semana no seu *blog*. Ele defende a medida do Ibama. Ele diz que os próprios agricultores deveriam incluir na sua agenda a necessidade de manutenção a médio e longo prazo dos fatores de polinização. Ele diz que a proteção das abelhas e dos demais insetos polinizadores deveria ser um ponto de convergência entre agricultores, ambientalistas e comunidades científicas. E nós estamos plenamente de acordo com ele nesse sentido. Ele diz que o que estamos vendo é, ao contrário, um ataque inconsequente à iniciativa do Ibama, privilegiando, uma vez mais, uma visão de curtíssimo prazo. Não sou eu quem estou dizendo isso. Não é ninguém do Governo. É alguém de oposição que foi – vocês sabem disso – pessoalmente escolhido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para fazer a representação do Brasil na Rio+10. Ele é comprometido com as causas ambientalistas, mas não tem, absolutamente, nenhuma vinculação com o Governo e com a atual direção do Ibama.

Então, gostaria de agradecer. Fico à disposição para os esclarecimentos. Espero ter deixado mais claras as razões da medida, a base legal da medida e o fundamento das medidas que nós adotamos. Fico à disposição para esclarecimentos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Márcio Rosa.

Vamos ouvir, agora, porque tem uma sequência na sua explanação, o representante do Mapa, Dr. Luís Eduardo Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins.

Com a palavra o Dr. Luís Eduardo.

**O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL** – Obrigado, Presidente.

Nós estamos aqui hoje tentando esclarecer, mais uma vez, todo esse procedimento. É até fácil para o Ministério da Agricultura fazer essa apresentação logo depois do Ibama, porque o primeiro fato que temos que observar aqui é que existem bastantes características técnicas nas apresentações do Ibama. E visamos esclarecer...

Fiz uma apresentação bastante curta, Presidente. Não quero me estender, porque acho que a apresentação do Ibama deu detalhes de como esse



processo funcionou, mas nós estamos aqui discutindo basicamente dois pontos que acho que estão bastante sustentados: um é a questão das evidências que o Ibama colocou dos riscos que existem desses produtos para os polinizadores – isso está bem caracterizado pelo Ibama –; e, obviamente os riscos econômicos, o que a restrição da aplicação aérea desses produtos vai trazer para as duas culturas que talvez sejam os alicerces da agricultura brasileira, principalmente a soja e, no caso do algodão, principalmente para o Centro-Oeste. Então, nós temos duas evidências bem contundentes, tanto do lado dos produtores quanto do lado do Ibama.

E o que o Ministério da Agricultura vem apresentar para os senhores aqui? É mais ou menos a forma de negociação que o Ministério tentou fazer, desde julho até hoje, para lidar com essa situação de maneira equilibrada, ou seja, preservando a legitimidade do Ibama de fazer o seu trabalho, de tentar proteger o meio ambiente e os polinizadores, que são um aspecto realmente fundamental no processo até da própria agricultura, e também garantir os contratos, os processos todos que os agricultores têm que defender, porque, afinal de contas, os contratos desses produtos já foram adquiridos para a safra, principalmente de 2012-2013.

Então, a ideia desta minha apresentação é dar alguns posicionamentos com relação a isso. A ideia principal é mostrar para os senhores que, no levantamento que o Ministério da Agricultura fez... E vimos acompanhando esse processo desde a publicação do ato do Ibama em julho. Quer dizer, nós fizemos isso a várias mãos, nós fizemos o trabalho de tentar consolidar as informações, inclusive dos produtores, com a Aprosoja, Fundecitrus, Abrapa, Unica, dos produtores de cana, de maneira bastante integrada, produzindo uma primeira nota técnica, que permitiu a primeira flexibilização dessa medida em outubro deste ano.

A primeira ideia que nos trouxe é tentar relacionar a medida ao impacto que isso tinha na questão da pulverização aérea. E essa tabela, que levantamos com a ajuda do Sindag, da aviação agrícola, mostra que as culturas, principalmente de soja e algodão, são aquelas que mais demandam a questão da aviação agrícola, são aquelas que utilizam essa ferramenta tecnológica, para poder, enfim, combater, manter a sua fitossanidade.

Então, isso é determinante para o processo, e, obviamente, por isso estamos fazendo todo esse trabalho, por isso estamos debatendo a questão da soja e do algodão.

Outra questão que acho que fica muito evidente – e é muito importante que isso seja debatido em fóruns como este – é a dos substitutos. Nós nos baseamos, obviamente, em dados que possuímos, em dados técnicos que possuímos, e o processo de registro, como diz o Dr. Márcio, é complexo. Então, há a Agricultura de um lado, o Meio Ambiente do outro, a Saúde do outro lado, e isso é propositadamente dessa forma, para garantir os olhares independentes do



processo e, obviamente, para permitir o amplo debate, como estamos fazendo nesse processo de reavaliação.

Os dados que possuímos, hoje, na base de dados mais confiável do Governo com relação a produtos fitossanitários, dizem que possuímos alternativas eficientes. Mas as informações que estão sendo colocadas nesta mesa e que foram colocadas, na terça-feira, na Câmara dos Deputados obrigam o Ministério da Agricultura a fazer uma reavaliação severa, do ponto de vista agrônomo, dessas substâncias, podendo chegar-se ao final da reavaliação ambiental, que é essa que está sendo conduzida pelo Ibama, também com restrições agrônomicas aos chamados substitutos.

Que substitutos são esses, Presidente? Produtos realmente mais antigos e que, utilizados da maneira – vamos dizer assim – intensiva, como teriam de ser utilizados num processo de substituição desses produtos mais modernos, poderiam trazer até mais danos ao processo ou do meio ambiente ou da saúde dos agricultores. Então, o balanço do risco/benefício faz parte do trabalho que o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente têm feito no processo de reavaliação.

Eu costumo usar uma paródia nessa história toda: o processo de reavaliação, até hoje, no Governo foi caótico, e isso nos traz hoje a uma situação como esta, de um debate no Senado e, na terça-feira, de um debate na Câmara dos Deputados.

O que o Ibama tem mostrado aqui é, de fato, uma certa seriedade no processo, mostrando dados técnicos que levam a esse tipo de decisão. É óbvio que a decisão da restrição total e irrestrita da aplicação aérea levou à preocupação dos agricultores, e nós vamos flexibilizar. Vou mostrar, mais para frente, exatamente as ferramentas que temos discutido, para poder garantir a viabilidade da safra 2012-2013 e das safras subsequentes.

Mas eu queria lembrar aos senhores o seguinte: é importante e imperioso que pensemos no processo regulatório brasileiro de agrotóxico de maneira perene. O processo é caótico. É caótico não por causa dos técnicos que estão envolvidos no processo, mas pela forma de governança que se estabelece nisso.

E, Presidente, queria até saudá-lo, porque já estivemos nesta mesa discutindo isso e em outras oportunidades, quando discutimos o programa de monitoramento de resíduos. E foi uma constatação desta Casa. Então, o que precisamos, obviamente, é manter a seriedade no processo de avaliação que está sendo conduzido, perceber e aceitar de fato que existem argumentos técnicos envolvidos nisso.

Sabemos as nossas responsabilidades, principalmente o Ministério da Agricultura. Vamos manter viável a safra de soja e algodão nos próximos períodos. Não existe a possibilidade de isso não acontecer. Nós vamos manter viável, mas precisamos olhar para frente, de fato, numa visão de longo prazo.



O Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente vão se portar, se depender dos técnicos que hoje estão envolvidos nesse processo, como um Estado, como um governo único, não como agências que mantêm conflitos com relação a esse processo.

Então, esse procedimento que aconteceu na reavaliação visa exatamente a isso. Então, queria ressaltar esse ponto. Existe, sim, legitimidade do Ministério do Meio Ambiente para poder fazê-lo; as tomadas de medidas mitigatórias são obrigação da legislação desses órgãos; a avaliação dos impactos econômicos de medidas de curto prazo e de medidas de longo prazo faz parte das missões do Ministério da Agricultura, e nós nunca nos furtamos a fazê-las, organizando os posicionamentos dos agricultores, inclusive, para poder colocar isso. E o Dr. Márcio colocou na ordem cronológica os acontecimentos, esses fatos.

Realmente, cometemos equívocos. No processo, por exemplo, do calendário da soja, houve equívocos, e nós vamos reformá-los, para poder garantir a fitossanidade das culturas da soja, como vou mostrar mais adiante.

O gerenciamento dessas medidas mitigatórias precisa ser feito não só para a safra 2012-2013, como também para as safras subsequentes, porque, como disse o Dr. Márcio, a gente não tem noção ainda de como vai ser o processo de conclusão da reavaliação.

Eu queria também lembrar ao Plenário e ao Presidente o seguinte: sempre o Governo, os Senadores, o Congresso pediram para que nós nos alinhássemos, para que fôssemos referências internacionais. Estamos sendo referências internacionais. O Brasil não está a reboque dos outros países do mundo. Pelo contrário, ele é parte do processo decisório do resto do mundo, e o Ministério da Agricultura se comprometeu com o Ibama e com os produtores de, no primeiro semestre de 2013, conduzir vários seminários. Nós não vamos fazer um seminário. Pretendemos fazer, inclusive, seminários internacionais trazendo autoridades internacionais para debater o assunto sob a ótica da agricultura tropical. Isso é fundamental para o processo.

Então, só para concluir, queria dizer que existem, sim, os substitutos. Na visão do Ministério da Agricultura e pelos dados que temos, esses substitutos que existem são mais baratos do que os substitutos que aí estão. Reconheço que os produtos que estão sob reavaliação são muito mais eficientes e tecnológicos do que aqueles substitutos. Reconheço isso. Mas não tínhamos a percepção que foi colocada tão contundentemente de que eles são ineficientes. E isso gerará um processo de reavaliação severa do Ministério da Agricultura.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Só uma pergunta: você está dizendo que aquele organofosforado ali vai causar menos mal?

**O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL** – Não, não sou eu quem estou dizendo isso.



**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Essa é a alternativa?

**O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL** – Sim. Os organofosforados, Senador, do ponto de vista...

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Organofosforados, até onde eu sei, levam à conjuntivite, dermatite, A um monte de... Esses, sim, são altamente nocivos. Se essa é a alternativa, digo que a alternativa é muito pior.

**O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL** – Do ponto de vista toxicológico, o senhor tem razão. Como médico, o senhor sabe bem disso. Mas do ponto de vista ambiental, como eles têm um período residual muito menor, a reinfestação de inimigos naturais acaba acontecendo de uma maneira maior.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Organoclorado, organofosforado, o tempo que leva para degradar é muito maior, até porque a vida média desses produtos é muito maior. Outra coisa: pode ser que tenham afetado a abelha, mas isso faz mal para a pessoa humana.

**O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL** – Isso. E isso me lembra, Senador, um paradoxo regulatório que vivemos em um passado recente. Com a reavaliação do Endosulfan e do Metamidofós, que o senhor acompanhou de perto, tivemos uma retirada, por motivos toxicológicos, desses dois produtos do mercado. Em 2008, questionaram ao Ministério da Agricultura qual era o substituto do Endosulfan e do Metamidofós, um organofosforado e um clorociclodieno, que era da antiga família do organoclorado. Eu disse claramente naquela época: são os neonicotinoides. E hoje, em 2012, estamos sendo questionados de novo: quais são os substitutos dos neonicotinoides? Eu digo: o Endosulfan e o Metamidofós.

Então, essa é uma paródia só para lembrar aos senhores que esse é um complexo processo de estabelecer riscos e benefícios no processo regulatório. É necessário, de fato, que o Governo se porte como governo, como único governo. Infelizmente, estamos vivendo hoje um processo muito mais técnico de reavaliação, como está sendo mostrado, mas não foi assim até o passado recente. Por isso, estamos vivendo esta crise de substitutos que temos visto.

Lembro, é óbvio, que temos riscos até mais iminentes dos organofosforados, e isso vai ser levado em consideração na hora de concluir a Reavaliação desses produtos, porque, como disse o Ibama, a Comissão de reavaliação é composta pelos três Ministérios. Se entendermos, como Estado brasileiro, que o risco será maior à saúde do que o risco que eventualmente teremos às abelhas, manteremos os produtos sem problema nenhum.

Só para ilustrar para os senhores, avançamos bastante. Publicamos um ato em outubro, que, do ponto de vista da soja, não foi suficiente. Reformaremos o ato em breve, na próxima publicação, e incluiremos a cultura do algodão dentro do processo de exceção das aplicações, para que a safra de algodão 2012/2013 seja garantida, sem maiores contratempos para os agricultores e também para os sojicultores. Esse processo está sendo garantido. O Ibama tem



recebido frequentemente essas demandas do Ministério da Agricultura, temos debatido esse assunto de maneira bastante intensa. Isso será resolvido nos próximos dias, sem sombra de dúvidas.

Era isso, obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Rangel, pela sua colocação e pela sua presença, mais uma vez, aqui conosco.

Colocando claramente, não estamos discutindo a seriedade do Ibama com relação ao seu trabalho. Em momento algum foi colocada alguma coisa nesse sentido. Todos entendemos que o trabalho do Ibama é importante e realmente tem seriedade. Da mesma forma, entendemos que são legítimas as ações que foram propostas pelo Governo; talvez não sejam adequadas, mas legítimas elas são. Isso também não está sendo discutida aqui.

Antes de passar a palavra aos nossos debatedores, quero perguntar ao Rangel: dá para ser revista essa medida, para que possamos continuar essa avaliação e não trazer prejuízo de imediato para a produção de algodão brasileira?

**O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL** – Sim, essa medida já foi revista, está em fase final de alinhamento do último texto a ser publicado. Nós estamos em negociação, tanto a Secretaria-Executiva do Ministério quanto a Presidência do Ibama, e esperamos poder publicá-la no início da semana que vem. Então, nós garantiremos a segurança dos contratos e as previsões de aplicação para a safra 2012/2013 sem sombra de dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A safra 2012/2013 está... A de 2012 já está findando; a de 2013 está garantida sem problema, Dr. Rangel?

**O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL** – É, a nossa preocupação, Presidente, é de fato garantir... A preocupação principal do Governo é garantir que o processo de reavaliação tenha um curso natural, técnico, e seja concluído ao final sem sobressaltos e sem crises como esta que estamos atravessando. Então, a nossa medida é para garantir que os agricultores possam honrar os seus compromissos, possam fazer a fitossanidade, e que o processo de avaliação seja concluído. Então, não se restringe à safra 2012/2013 na nossa intenção, nós queremos estender isso até que nós possamos ter uma definição final do processo de reavaliação.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, só lembrando que nós debatemos aqui, junto com os demais Senadores, a questão da agricultura brasileira, mas sempre com responsabilidade ambiental. Nós queremos um Brasil produzindo e conservando, tendo essa preocupação. Sempre, em todos os debates que fizemos aqui, foi neste sentido: que o Brasil continue a crescer e continue a produzir com responsabilidade ambiental. Disso nós nunca abrimos mão, todos os Senadores e Senadoras que participam da



Comissão de Agricultura têm esse pensamento e nós agimos e atuamos dessa forma.

Passo a palavra agora ao Dr. Alexandre José Cattelan, que é o Chefe-Geral da Embrapa Soja. Muito obrigado por sua presença, Alexandre.

**O SR. ALEXANDRE JOSÉ CATTELAN** – Eu é que agradeço, Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão, pelo convite e pela oportunidade.

Eu vou tentar ser bastante breve. A apresentação foi preparada para um pouco mais de tempo, mas, para não tirar o tempo do debate, eu vou tentar ser breve.

Eu gostaria de deixar bem claro aqui que nós não estamos questionando todo o embasamento do Ibama. As abelhas, como todos sabem, são insetos e, dentre os insetos, são bastante sensíveis a agrotóxicos de maneira geral. Aqui nós estamos tratando de inseticidas, que são produtos formulados justamente para controlar insetos. Eu não vou entrar nessa questão da mortalidade aqui, neste início, porque isso já foi colocado, vou falar dos produtos.

A maioria dos produtos que existia – eu vou me referir mais à soja neste caso – já foi proibida; do grupo dos organofosforados, vários produtos – o Metamidofós já foi aqui lembrado, e o Endosulfan, que eram dois produtos amplamente utilizados. Nós temos o acefato, que seria uma alternativa, mas ele vai ser descontinuado em 2013, e algumas outras moléculas que, infelizmente, não têm eficiência agrônômica. Então, com base em tudo isso, conforme o Dr. Márcio Freitas e o Dr. Rangel já colocaram, foi feito primeiramente esse comunicado do Ibama e, depois, esse comunicado conjunto.

Eu só queria ressaltar aqui, porque é importante para o raciocínio, que, segundo o comunicado do Ibama, as empresas têm de informar nas embalagens que o produto é tóxico para as abelhas, que a aplicação aérea não é permitida. Além disso, que não se aplica esse produto em época de floração nem imediatamente antes do florescimento. Eu só queria ressaltar esse ponto, a questão do florescimento, porque não é só para o algodão, é importante para a soja também, como nós vamos mostrar.

O Dr. Rangel já entrou nessa questão dos períodos que foram determinados para a aplicação em soja no comunicado conjunto e é claro que aqui melhorou, uma vez que antes estava proibido e aqui já pode ter uma aplicação para a produção de grãos e duas para a produção de sementes, mas calendariza em função da região. Nós vamos mostrar rapidamente por que isso não é totalmente adequado.

Algumas considerações sobre as abelhas no Brasil – falo aqui mais da *Apis mellifera*. É claro que existem, como o Dr. Márcio Freitas colocou, várias espécies, mas a abelha que normalmente consideramos, no Brasil, é africanizada. Então, ela é bastante diferente da abelha europeia – vamos chamar assim –, desses estudos que foram feitos para a Europa e para a América do Norte; não



sabemos se ela reage de forma diferente ou não, porque, infelizmente, há poucos estudos no Brasil sobre o assunto.

Aqui é um estudo da Universidade Federal da Paraíba no Nordeste brasileiro realizado especificamente para a soja. Aqui dois tipos de soja.

Aqui, dois tipos de soja em que nós vemos, no decorrer do dia, a produção de néctar. Então nós percebemos que de manhã, ou seja, cedo do dia, a soja produz mais néctar e no final da manhã, praticamente, essa produção cessa.

Aqui é a visitação das abelhas durante o dia, também, na soja. Então a gente percebe que essa visitação ocorre pela manhã e praticamente após o meio-dia não há visitação das abelhas à soja.

Isso é importante porque, como o Ibama e o Ministério já se colocaram à disposição para rever essa medida, tentando adequá-la, é claro que aqui nós temos que compatibilizar a questão ambiental com a questão produtiva. Por isso é que estamos levantando alguns pontos.

Essas informações já foram repassadas para o Ministério – não é Rangel? –, até a pedido do próprio Ministério. Mas apenas estamos colocando isso aqui para tentar esclarecer, colaborar um pouquinho com o assunto.

Já foi colocado que a soja é uma planta autógama. O que isso significa? Que as flores fazem autofecundação. Quando a flor da soja se abre, ela já está fecundada. Por isso, ela tem uma vida muito curta, ou seja, ela logo se fecha, logo murcha, para se transformar em legume.

Menos de 2% das flores da soja têm polinização cruzada. E ela é considerada uma cultura pouco visitada pelas abelhas. Há vários estudos que mostram que quando a polinização ocorre por abelhas aumenta a produtividade da soja. Isto também é verdade.

No caso da soja, as três pragas principais são três tipos de percevejos, que são controlados por esses produtos.

Alguns números, rapidamente: 27% do controle de percevejos em soja no Brasil é efetuado por aplicação aérea, principalmente no Centro-Oeste. O não controle desses percevejos implica uma redução média – sempre é importante ressaltar o “média” aqui – na produtividade da soja e pode reduzir drasticamente a qualidade da semente, principalmente a germinação e o vigor, que prejudicaria mais a safra seguinte. Lembrando então que a área de produção de soja nesta safra está estimada em torno de 28 milhões de hectares, com uma produção esperada em torno de 83 milhões de toneladas.

Esses neonicotinoides, que são três produtos, mais o fipronil – o fipronil já foi retirado de aplicação aérea, como já foi colocado, só para lembrar –, são oriundos da nicotina, que é uma substância produzida naturalmente pelo fumo, com molécula, evidentemente, já um pouco alterada.

Aqui falamos da diversidade regional no cultivo da soja. Como todos sabem, nós vivemos num país continental, temos diferentes situações edafoclimáticas, microclimas. E quero só lembrar que, acima da Linha do equador



– às vezes nós acabamos nos esquecendo disso –, nós já estamos no hemisfério norte. Nós temos ali Roraima e Amapá, principalmente, que produzem soja, não muito, mas produzem, no hemisfério norte. Então eles cultivam soja nos meses em que, no hemisfério sul, seria inverno para nós. Nos meses de inverno é quando eles produzem soja, e essa é uma das razões – não vou entrar em todos os detalhes – por que a calendarização não é muito eficiente.

Aqui é a questão da floração em soja a que me referi no início. Nós temos dois tipos de soja, basicamente. A soja de hábito de crescimento determinado é aquela em que o período de florescimento é bem definido. A soja floresceu, começa a produzir legumes, que a gente chama de estágio R3. A partir daí, não há mais floração, então não há problema de aplicação.

Mas, na soja de hábito de crescimento indeterminado, o período de floração pode se estender até o início da maturação, ou seja, ao longo do ciclo. E hoje a maior parte da soja cultivada no Brasil é de hábito indeterminado. Então nós precisamos definir aqui o que chamamos de um período de floração legal, que nós estamos aqui propondo que seja até esse estágio R3, que é quando começa a formação de legumes. A partir daí, é quando se faz realmente necessária a aplicação desses produtos.

Então, só para finalizar, muito rapidamente – depois estaremos abertos ao debate, se for o caso –, se por um lado é importante minimizar os impactos do controle de pragas sobre as abelhas, por outro lado o produtor necessita alternativas viáveis para o controle das pragas, especialmente de percevejos, no período de maior prejuízo desses insetos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Vamos seguir, rapidamente, porque temos uma reunião às 10h30min, na Casa Civil, para continuar a debater esse assunto.

Passo a palavra ao Prof. Paulo Eduardo Degrande, que é professor da Universidade Federal de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado pela sua presença, Professor.

**O SR. PAULO EDUARDO DEGRANDE** – Eu agradeço. Muito bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o nobre Presidente, em nome de todos, e dizer que, ouvindo, agora, os discursos, as apresentações, eu não sou tão hábil quanto muitos falam aqui, pois cientistas, como vocês bem sabem, trabalham com resultados. Nossos níveis de confiança são de 95 a 99% de probabilidade, então, muitas vezes, eu não tenho a habilidade de juntar duas, três palavras ou um discurso para justificar algum ponto que não esteja provado cientificamente.

Por exemplo, dizer que um colapso é mundial, e, quando fala, mostra, apresenta apenas a informação de que ele é restrito ao hemisfério norte, que há evidências de que possa ocorrer no Brasil, sem provas científicas de que



possa ocorrer no Brasil; que as abelhas, no Brasil, têm importância na polinização e, quando nós vamos à realidade do Cerrado, em algodão e soja, elas não têm importância na polinização, são relevadas pelos produtores e pela produtividade de soja e de algodão no Cerrado.

Desculpem-me. Eu serei enfático, apresentarei uma série de informações, que estão à disposição se alguém tiver interesse. É a minha forma de trabalhar e pretendo jamais contrariar as opiniões.

Reconheço o trabalho do Ministério da Agricultura, do Ibama, no seu papel junto com a Anvisa, na parte de avaliação de produtos, e também entendo que esta reunião, o ponto central dela é – pelo que entendi, por isso me preparei – a proibição das aplicações aéreas e o tema é soja e algodão. Então, é a esse tema que ficarei restrito.

Não estou aqui, entendo que não estamos aqui para discutir processo de registro, processo de renovação de produto, prazos, questões normativas, porque acho que isso é motivo de outra reunião, de uma outra câmara, no meu ponto de vista.

Também entendo que há uma contestação, até, ao que foi feito, daí a razão da existência desta audiência. Então, nós temos uma contestação.

Também entendo que quando foi falado que não são dados europeus e mostrou-se o eslaide com dados da Eslovênia, da França, da Alemanha e da Itália.

Então, dessa maneira, eu vou tentar conduzir a minha fala, aqui, de uma maneira um pouco mais independente e estou à disposição para qualquer esclarecimento. É uma satisfação estar aqui.

Muito obrigado.

Talvez a minha vivência na Alemanha, quando estudei lá, tenha me dado essa característica de um certo racionalismo alemão, de ser mais racional, mais direto, com uma forma de trabalhar que, às vezes, não é muito política. Peço desculpas.

Eu queria apresentar, rapidamente, algumas imagens do Cerrado brasileiro e de outras regiões de produção de algodão e soja no Brasil, porque acho que uma viagem através de imagens nos faz refletir. É sempre bom viajar, encontrar-se com alguns países que têm problemas com abelhas.

Eu queria discutir, então, essa questão dos ecossistemas, a questão dos inseticidas e a questão das abelhas.

Como vocês bem sabem, inseticidas matam insetos. Obviamente, matarão abelhas, a maioria deles. São raros os casos de produtos extremamente seletivos. É nosso dever adotar o uso desses produtos com o menor risco possível. É nosso dever termos fatores de risco, ações que minimizem risco. É dever das agências de regulação orientar para a minimização desses riscos e, nesse aspecto, o Brasil tem bastante a evoluir.



Esta é uma vista da produção de soja, milho e algodão no Cerrado. A presença de colmeias é praticamente mínima nessa região.

Então, a imagem do Mato Grosso.

Nós temos, aqui, uma imagem do Tocantins.

Então, são sistema de produção em larga escala, onde a interação de agricultura com apicultura é mínima.

Aqui, uma situação no Maranhão, no sul do Maranhão.

Aqui, uma situação do oeste da Bahia, com pivôs, milho, algodão, soja, milho, também onde a interação com a apicultura é bastante reduzida.

Esta aqui é uma situação em Goiás, próximo a Brasília, uma condição típica de verão tropical, muita chuva, solos muito úmidos, em que as máquinas agrícolas têm dificuldade de entrar na área para aplicar e os aviões são muito importantes para controlar pragas.

Essa é uma situação de produção de algodão em algumas regiões do Brasil. Por exemplo, no Nordeste brasileiro, veja a diferença que há no ecossistema: produtores com apiários, policultivos, algodão em várias fases. É claro que as abelhas e a própria produção de mel são relevantes para esse sistema de produção familiar.

Aqui é outra situação, onde há presença de água, presença de animais, presença de um ecossistema bastante diverso. E é claro que as aplicações de pesticidas em algodão – praticamente não se cultiva soja nessas regiões – impactam muito e diretamente nas abelhas.

Essa é outra situação, em que temos o uso intensivo de mão de obra e ainda o uso de animais para o cultivo, que é outra realidade, uma diversidade vegetal bastante grande, com muita presença de abelhas nativas e abelhas melíferas comerciais.

Isso aqui é outra área no meu Estado, onde trabalho, também de características bastante similares, em áreas de assentamento de agricultura familiar, de produtores que têm apiários, têm colmeias. Eles nem chamam de colmeias, mas de caixas de abelha. Então, é um sistema de produção bastante peculiar.

Aqui é outra situação, onde há a presença do homem. A aplicação aérea não é feita até por razões de natureza toxicológica, e prática e financeira.

Isso aqui é uma situação na Europa, também um sistema de policultivo. As aplicações aéreas são muito pequenas. Esse eslaide é da Alemanha, onde o agricultor faz as aplicações. O agricultor vai lá diariamente, faz suas pequenas colheitas, leva para a feira de frutas. Isso aqui é praticamente cidade-agricultura integrada. É uma realidade bastante diferente da nossa. Quando falo nossa, eu falo soja e algodão.

Essa é outra situação que também temos na Europa. Isso é na Itália, cultivo de cereais na Itália, onde há cidades próximas, áreas menores. Obviamente é uma realidade bastante diferente.



Eu estou apresentando isso porque essa viagem nos faz refletir, refletir sobre em que ecossistema estamos tratando abelha, inseticidas e controle de pragas.

Essa é uma situação onde há interação de várias culturas, hotéis de turismo, pessoas fazendo lazer e, claro, abelhas, inseticidas com uso restrito, com uso autorizado. É outra realidade. Essa é outra situação também na Europa. Então, só para fazermos essa pequena viagem.

Isso é na Austrália, produção de algodão na Austrália, no deserto irrigado. É outra situação, até relativamente similar com a nossa, porque ela é pouco variada quanto à diversidade.

Isso aqui também é na Austrália, outra situação, onde eles fazem muito uso da aplicação aérea para controlar pragas em algodão. Eles praticamente não cultivam soja.

Isso aqui é na Califórnia, nos Estados Unidos, produção de amêndoas. Eles também fazem aplicações aéreas e estão tendo alguns problemas com a desordem das colônias lá.

Muito bem. Então, com relação à minha fala, no Brasil, o risco de mortandade de abelhas em larga escala e a restrição das aplicações aéreas dos ingredientes ativos imidacloprido, tiametoxam, clotianidina e fipronil, especialmente os dois primeiros, nas culturas da soja e algodão, não procedem, em função da inexpressividade desses polinizadores no sistema de produção nacional de soja e algodão, especialmente no Cerrado. Clotianidina e fipronil não são pulverizados praticamente; são colocados no solo, enterrados com a semente ou na forma de granulados.

São raríssimos os casos de integração de agricultura – no caso, soja e algodão – com apicultura e, nesses casos excepcionais, como na agricultura familiar, que não faz uso de aeronaves para o combate de pragas, os cuidados contra a seletividade cabem ao apicultor, quando esse estabelece um contrato com o agricultor, que fornece a lavoura para as suas colmeias ou mesmo na condução do seu negócio próprio.

Não justifica, assim, uma medida generalizada e de amplitude nacional se apenas há mínimo risco associado à parcela ínfima de produtores brasileiros, que fazem acordos de intercâmbio de colônias de abelhas, se é que negociações como essa ocorrem de fato. Semelhantemente, para abelhas silvestres não há evidências científicas dos efeitos deletérios capazes de justificar o banimento de agroquímicos pulverizados via aérea, de súbito, no Brasil, o que não dispensa, obviamente, futuros trabalhos metodológicos bem delineados, para o acompanhamento dos efeitos tóxicos dos agrotóxicos registrados sobre esses organismos, com honestidade intelectual e com ética científica.

As derivas das aplicações aéreas não podem ser consideradas de maior intensidade que aquelas terrestres, quando bem executadas, em ambas, não cabendo, portanto, diferenciação entre os modelos de uso entre essas



tecnologias, desde que feitas sob parâmetros técnicos e de responsabilidade. Estatísticas que mostram que há problemas de aplicação aérea mostram que as aplicações aéreas precisam ser corrigidas, porque estão com problemas.

Além do mais, nos sistemas de produção tecnificados de soja e algodão que usam aeronaves, as aplicações são sempre baseadas em decisões oriundas de amostragem de insetos, ácaros e inimigos naturais – como preconiza o manejo integrado de pragas –, registrados em planilhas de campo, com aplicações feitas por pessoal especializado, conhecedor dos limites de umidade, temperatura, vento, para otimização de segurança dos tratamentos fitossanitários aéreos e terrestres em soja e algodão.

Serviços oficiais de fiscalização em campo podem colaborar para a conscientização da boa prática agrícola ou o controle de más condutas. Essa é a função dos agentes de fiscalização. Da mesma forma, a adesão de produtores a programas de certificação de boas práticas agrícolas tem trazido uma espécie de melhoria na autorregulação em anos recentes.

Algodoeiro e soja são plantas autógamas, portanto praticamente dispensam presença de polinizadores, para alcançarem índices de produtividade economicamente adequados. Obviamente, se o experimento de soja for conduzido numa situação de agricultura familiar, haverá muitas abelhas visitando essa soja. São áreas muito pequenas no contexto de uma grande biodiversidade, mas, no contexto do Cerrado, a presença de abelhas, como dito, é bem menor, sob o ponto de vista econômico.

Esse segmento de produção agrícola não percebe as abelhas como capazes de incrementar ou de trazer benefícios adicionais à sustentação de seus negócios, tanto que não as utilizam, nem o planejam no curto prazo. Em exceções a essa regra, são feitos acordos privados entre partes, em que são adotadas técnicas e produtos seletivos aos produtores.

As estatísticas de produção de mel, cera, geleia real, própolis e demais subprodutos da apicultura, nos últimos anos, no Brasil, mostram um vigoroso crescimento do setor apícola nacional, mesmo com o uso e a adoção crescente desses ingredientes ativos, visando a controlar racionalmente pragas, fato que, da mesma forma que demonstraria a existência, demonstra a inexistência de efeito deletério aos apiários brasileiros de modo generalizado, diferentemente daquele que vem ocorrendo em países do hemisfério norte, identificado apenas como uma misteriosa doença das abelhas melíferas, conhecidas como DCC – Desordem do Colapso das Colmeias, sem causa conhecida devidamente identificada.

Daqui a pouco, falo exatamente do que se trata isso.

A apicultura brasileira vem crescendo e ampliando sua participação no mercado internacional. Hoje o Brasil é o quinto maior exportador de mel do mundo.



E desconheço, aqui, nesta sala, quem queira destruir o meio ambiente, quem queira matar abelha; desconheço qualquer produtor brasileiro, qualquer cientista brasileiro, qualquer estudante brasileiro que queiram matar abelha. Se estiver ocorrendo um problema, tenho certeza de que estaremos todos unidos para preservar as abelhas, para conservá-las, sem dúvida.

Nas grandes áreas de cultivo do algodão e soja do Brasil raramente são encontradas abelhas melíferas – ou não o são, como as silvestres, visitando os campos. Já nas pequenas áreas de cultivo, não são feitas aplicações aéreas com produtos fitossanitários. Essas ausências de abelhas nas lavouras manifestam-se também em lavouras geneticamente modificadas, que, por benefício, receberiam menor número de aplicações.

Os produtos não nicotinoides são essenciais nos sistemas de produção de algodão e soja. Fipronil e fenil pirazol, são usados no solo, enterrados. Recentemente, a saída brusca do mercado de agrotóxicos eficazes para pragas importantes, como Endosulfan, Metamidofós, entre outros, fez com que imidacloprido, tiametoxam, clotianidina e fipronil, alternativas substitutas, importantíssimas para sustentabilidade da cadeia produtiva de soja e algodão, assumissem papel de importância.

Aqui quero chamar atenção de que os produtos que existem para percevejos, cujo ovo do neonicotinoide é o maior ali apresentado, são usados no campo, sim. São eficientes, talvez não tão eficientes, e precisam ser alternados ou usados em rotação de modo de ação para o manejo da resistência. Então, não há nenhuma negativa com relação àquelas moléculas já registradas. Elas têm efetividade, mas não são produtos muito usados, por razões econômicas, preferência pessoal, hábito de uso, enfim, são produtos que estão bem listados, os que foram apresentados nos eslaides que me antecederam.

As aplicações aéreas são essenciais para viabilizar o controle de pragas de modo urgente, quando essas se aproximam do nível de dano econômico. Em áreas de cultivo menores, talvez isso não ocorra, não seja necessário, creio que não ocorra; mas em áreas de cultivo maiores, especialmente em temporada de chuva, quando os tratores atolam, os aviões são imprescindíveis.

Em países civilizados, a retirada de produtos antigos, com restrição de uso, sempre é feita de modo gradual e avisada para impactar o mínimo possível nos negócios, mas sem colocar em risco o ambiente e a saúde das pessoas.

O caso mais exemplar são os lançamentos de substitutos de organofosforados nos Estados Unidos, os chamados OP Replacements, para substituir gradualmente os organofosforados, mais tóxicos. Inclusive, lá, os neonicotinoides desempenham um papel importantíssimo no controle de pragas, antes feitos por organofosforados. E a substituição é gradual e avisada.



De outro lado, existe atualmente uma discussão internacional intensa sobre o impacto de neonicotinoides nas populações de abelhas polinizadoras. Porém, sem qualquer resultado conclusivo. Há muito mais uma abordagem especulativa desses riscos em larga escala no momento, a ponto de o tema se apresentar sob forma de consulta na Agência de Proteção Ambiental do governo americano (EPA).

Agora em setembro, foi realizado um seminário, em Arlington, na Virginia, sobre esse tema. Tenho a documentação aqui. Creio que o tempo não me permitirá apresentar as conclusões, mas, de uma maneira rápida, eu gostaria de dizer que pesquisas precisarão ser feitas.

Estou terminando. As pragas controladas por esses inseticidas são muito prejudiciais às culturas e não existem produtos substitutos imediatos a ele, especialmente quando se pensa em rotação de modos de ação de produtos, visando a minimizar o risco de resistência. Produtos de baixo custo, especialmente quando se considera a necessidade, como disse, para manejo da resistência.

Em soja, os percevejos são capazes de causar perdas de 30% na produção, se não controlados, além de afetarem a qualidade do grão, das sementes, provocar a soja louca, em que a planta não produz, há retenção foliar e haste verde.

Na cultura do algodão, os percevejos invadem algodãois por ocasião da colheita da soja. Talvez por isso também estejamos aumentando o uso de neonicotinoides em algodão. É um fenômeno novo no Cerrado o percevejo de soja se movimentando para o algodão, assumindo uma importância relativa na cultura do algodão os percevejos da soja. Eles não estão listados como pragas de algodão nos manuais de entomologia no Brasil, mas hoje são problemas no algodão.

Opositivamente à restrição dos neonicotinoides pulverizados via área em algodão, o que talvez seja preciso é a extensão de uso para pulverizar, para controlar percevejo em algodão.

Ainda na cultura do algodão, os neonicotinoides desempenham papel fundamental no controle do pulgão, do tripses, da mosca branca e do bicudo, quando associada a piretroides.

Face o exposto, nessas culturas, as aplicações aéreas são corriqueiras e necessárias no Brasil, principalmente na fase de florescimento das culturas ou pós-florescimento, por otimizar e ter um rendimento operacional favorável ao sistema de produção nacional.

A restrição de uso de aplicações aéreas com neonicotinoides especialmente prejudica o País, afeta negócios, oportunidades de emprego, trabalho, o superávit na balança comercial e regiões produtoras sem beneficiar o meio ambiente, no caso as abelhas, de modo notável, em soja e algodão. Além do mais, se faz necessário analisar novas moléculas para aumentar as possibilidades



de escolha por parte dos produtores e de seus responsáveis técnicos nas fazendas.

Finalizando, gostaria de fazer uma breve apresentação das suspeitas do que vem causando a DCC no hemisfério norte. No Brasil, existem alguns casos de mortandade de abelhas, mas ainda não se sabe se foram meros acidentes. Nós temos que separar o que é acidente do que é colapso de colmeias. Acidente é caso de polícia; problema crônico em colmeias, que não são as mesmas que nós temos no Brasil, é preciso investigar e chegar a conclusões científicas.

Há suspeitas de que a saúde das colmeias esteja sendo debilitada por doenças, como viroses, parasitas, desorientação do voo por poluição, especialmente poeira nos desertos – quando sacodem as árvores para colher, a poeira fica suspensa no ar, é como se abelha tivesse de voar debaixo de uma chuva de granizo, e isso traz muitos problemas para a colmeia. Cito também o excessivo uso de melhoramentos genéticos da espécie que foi feito no hemisfério norte; a falta de qualidade alimentar no ambiente; e especialmente – essa é uma das grandes suspeitas – o estresse causado pela manipulação e transporte da colmeia.

Quem conhece a produção de mel no hemisfério norte, feita em larga escala, deve saber que as colmeias são colocadas num caminhão à noite, viajam a noite inteira para outra região, são estabelecidas numa outra cultura; aberta a porta da colméia, as abelhas saem para polinizar. Depois de fazerem a polinização naquele período, voltam para a outra região. Realmente, é uma exploração da abelha pelo homem essa maneira pela qual se faz o manejo de muitas colmeias no hemisfério norte.

A perda de suas defesas está ocorrendo, assim como o superadensamento das colmeias na polinização comercial – e elas competem entre si. Há o uso de pesticidas também; há suspeitas, obviamente, como já relatado aqui. De qualquer forma, é importante separar a mortandade causada por acidentes daquelas causados por colapso.

Bom, quero agradecer mais uma vez. Tentei ser sucinto, breve e colocar de maneira clara o que penso a respeito.

Muito obrigado. Estou à disposição da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professor.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT) – Eu queria fazer uso da palavra rapidamente, porque eu tenho que votar na Comissão de Relações Exteriores e, às 10h30min, nós já temos audiência na Casa Civil.



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Cidinho, antes de passar a palavra aos Senadores, eu tenho aqui um contraponto do Márcio.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS** – Acho que é melhor ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Você pode aguardar, Márcio?

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, vamos ouvir o Senador Cidinho.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Nós temos que respeitar, primeiramente, todas as pessoas que estão na Mesa, como respeitamos a opinião do Dr. Márcio, do Dr. Rangel e também do Dr. Paulo Eduardo Degrande mesmo entendendo que o Dr. Márcio tenha debochado da fala do Dr. Paulo Eduardo Degrande. Acho que temos que respeitar as pessoas que aqui estão; cada um tem seu ponto de vista, e acredito que nós temos que tratar todas as pessoas de igual forma, respeitando as pessoas que estão aí na frente.

Mas, só para contemporizar, eu queria dizer que, na verdade, esse tema é bastante complexo. Nós temos que pensar que o maior é o que temos no Brasil: uma vocação agrícola, uma vocação para a produção. Temos que trabalhar em cima disso, porque é essa vocação agrícola nossa, essa produção nossa que tem feito com que o Brasil venha tendo superávits na balança comercial nos últimos anos e que tem permitido que o Brasil possa honrar seus compromissos internacionais e até as folhas de pagamento dos órgãos do Governo Federal – se não fosse a produção agrícola, talvez o Governo não conseguisse honrar os compromissos que tem.

Então, primeiramente, nós temos que esfriar a cabeça. Essa questão do algodão... O Dr. Rangel falou que, para a safra de 2013 está garantida, mas os contratos são feitos com quatro ou cinco anos, as pessoas já estão trabalhando aqui contratos para 2014, 2015. Se não houver um norte, o que vai acontecer? Esses contratos não vão acontecer também. Então, nós temos que encontrar uma solução definitiva para que todo ano não tenhamos que sentar aqui para discutir essas mesmas questões, nós temos realmente que achar uma solução que seja definitiva para dar segurança aos nossos produtores rurais.

Era só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

Então, vamos ouvir o contraponto do Dr. Márcio Freitas.



**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Na verdade, eu quero pedir desculpas aqui publicamente se há uma interpretação de que houve deboche. De forma alguma! Não é essa a minha intenção.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco/PR – MT) – Mas o senhor ficou visivelmente contrariado, gesticulando, fazendo assim. Como é que não?

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Desculpem se me expresso. Eu sou latino, tenho uma expressão corporal. Mas eu gostaria de explicá-la.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Não, não é encenação. Desculpe, não é encenação, posso lhe garantir. Pode ser um defeito meu, de sangue latino, de que me expresso corporalmente em relação às sensações. Mas eu vou tentar explicar as razões dos meus movimentos corporais.

Primeiro que o Professor reforçou todas as nossas teses, é só isso. Basicamente é isso. Porque quando nós temos a monocultura é que nós temos visitação de abelhas nativas nas culturas. É o contrário do que ele afirmou. A conclusão é que está errada, a afirmação inicial está correta. Quer dizer, de fato, quando temos largas extensões de plantação, não temos apicultura. Mas as abelhas nativas não têm alternativa a não ser buscar as únicas flores que há na região, que são do algodão e da soja. E nós temos estudos comprovando isso. Os estudos que apresentei aqui de espécie de abelha nativa coletada – eu mostrei o estudo da Embrapa – foram feitos no Cerrado, na soja do Cerrado.

A segunda questão que eu queria colocar é para esclarecer, porque a discussão toda ganha um caráter emocional, que foge da questão racional. Em nenhum momento nós banimos produtos. Nós não proibimos terminantemente a aplicação aérea. Nós simplesmente restringimos a aplicação aérea de três produtos durante o processo de reavaliação comunicado. É claro, não foi para sempre; foi até concluir o processo de reavaliação, para que a gente tenha as evidências científicas, inclusive o aporte previsto no processo de reavaliação, do Mapa e da Embrapa, para nós tomarmos as decisões, depois, de restrição a esses produtos, ao final do processo de reavaliação, conforme regra a nossa lei.

Então se distorcem as coisas, para criar uma imagem de perigo, de pandemônio e de um prejuízo que jamais vai ocorrer, porque nós temos prevista na legislação brasileira, também, a ocorrência de emergência fitossanitária. No momento que ocorrer uma emergência fitossanitária, qualquer produto extrapola a sua condição de registro, para combater essa emergência fitossanitária. Está previsto na lei. E o CTA, que são os três órgãos, tem 48 horas para decidir sobre a aplicação desse produto. Então, não há esse risco que se está colocando. Quer dizer, cria-se uma situação de perigo, de ameaça, que, na prática, não existe.

Outra questão sobre a qual eu queria fazer uma colocação aqui é a questão da apicultura brasileira. Todo mundo fala de apicultura. Eu tentei deixar



claro que nós não estamos aqui para defender a *Apis mellifera*. Nós estamos aqui para defender a nossa biodiversidade de abelhas.

E eu fui mal interpretado, também, no gesto que fiz, de que a tese do Professor reforça a nossa tese. A agricultura, nos países do norte e na China, gasta dinheiro com o serviço de polinização. Ela tem que colocar em cima de um caminhão, como ele disse aqui, o enxame de abelha e percorrer o país inteiro, para poder fazer a polinização, porque eles não têm mais polinizadores naturais. Nós não sabemos o que é esse custo, porque, para nós, isso é de graça.

Aqueles R\$9 bilhões que citei ali, a gente não enxerga, porque a natureza brasileira, graças à sua biodiversidade, nos dá esse serviço de graça, não precisamos pagar por ele. Não precisa colocar em cima de um caminhão e se deslocar. Nós aqui recebemos isso de graça, na porta da nossa casa, nas nossas caixas de abelha.

A última questão que eu queria colocar é em relação ao crescimento, à triplicação da nossa produção de mel. Os senhores deveriam buscar, como nós fizemos, a Associação Brasileira de Apicultura e identificar a razão dessa triplicação. A afirmação é deles, não é minha. O mercado de apicultura no Brasil sempre foi um mercado desregulamentado e informal. Não há uma formalização desse mercado; portanto, os dados estatísticos de produção de mel no Brasil sempre foram e são falhos.

Eles, nos últimos 3 anos, têm feito um esforço muito grande de trazer para dentro dos seus registros a real produção de mel, que se dá, como bem colocou o Professor, de maneira artesanal e dispersa por este País, e não de maneira centrada e organizada, dentro de associações, dentro de uma apicultura mais organizada. Esse esforço, segundo eles, não sou eu que estou dizendo, é que é o responsável por, nas estatísticas, ter crescido três vezes a produção de mel. Não significa que a produção de mel cresceu três vezes, mas os registros oficiais da produção de mel brasileira são que, de fato, tanto o Nordeste, principalmente o Piauí, quanto o Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são, hoje, expoentes nacionais da nossa apicultura.

Então, é só para esclarecer. Eu peço desculpas se fui mal interpretado e espero ter esclarecido quais foram os meus movimentos corporais de emoção em relação a esse tema. Fico à disposição para tornar isso mais claro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Só lembro, Dr. Márcio Freitas, que a agricultura brasileira não pode trabalhar com relação a poder ou não aplicar inseticidas em questões emergenciais. Os contratos não podem...

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** (*Fora do microfone.*)

– Eu posso responder?



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Claro, claro, e deve. Só para fazer uma colocação que as pessoas, com certeza, gostariam de fazer.

Assuntos emergenciais não fazem parte de contratos e nem...

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Não, sem dúvida. É dever do Estado fazer essa sinalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tudo bem.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Então, entendam a razão da nossa medida também: foi sinalizar para o mercado o que está acontecendo no mundo inteiro, e espero que os senhores assimilem essa sinalização.

Esses três produtos, a depender do estado da arte do conhecimento que se tem deles, não continuarão no mercado brasileiro da forma como eles estão hoje.

Eles não serão, provavelmente, pelos estudos que nós temos e pela situação que nós temos agora, banidos, porque nós já identificamos que não há essa possibilidade, mas a forma de aplicação que há hoje... Aí, eu queria salientar também uma coisa: se fala, aqui, que tem de aplicar em época de floração. Se vocês pegarem o rótulo do produto da Bayer, que é detentora da patente do Imidacloprid, que é o produto que está, hoje, no mercado, está escrito lá por eles: não aplicar o produto em época de floração.

Então, nós não estamos adotando medidas que contrariam o que o mundo inteiro já sabe.

E preciso que nós, agricultores, nós, sociedade brasileira, nos conscientizemos de que nós cumprimos um papel legal no Brasil, que é proteger a saúde e o meio ambiente do País, a economia do País, a agricultura do País, mas nós temos de ter uma base científica para isso. E temos.

Então, nós já estamos sinalizando para os produtores o seguinte: esses produtos vão sofrer restrições em breve, assim que terminar o processo de reavaliação.

A nossa previsão era terminá-lo em 120 dias, então, essa medida tinha um curto prazo de validade. O fato, hoje, de nós sabermos que esse processo deve levar até um ano vai fazer com que a gente reveja essa medida. Foi isso que o Dr. Rangel trouxe aqui e nós estamos trabalhando nisso.

Agora, entendam: ao final do processo de reavaliação, inevitavelmente, ou por iniciativa das próprias empresas, como aconteceu com a Basf, ou por iniciativa do Governo, como aconteceu com outros governos no mundo inteiro, esses produtos não estarão no mercado com as condições de rótulo e bula que eles têm hoje.

Essa é a sinalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas o senhor está antecipando, antes do estudo?



**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Não, não, eu já sei que não será igual, por quê? Eu vou explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas o senhor está dizendo que vai fazer o estudo...

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Não, eu vou explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... e está antecipando o resultado.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Não, não, eu já tenho o estudo. Eu mostrei.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas é o que...

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Não, me desculpe, mas é assim: eu tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... o senhor está colocando claramente.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Vocês me pediram, aqui, para dar uma sinalização clara. Eu estou dando, e vou-lhe dar o fundamento dela.

Primeiro, entre outras coisas, o que é preciso esclarecer: nós não proibimos os produtos por causa do distúrbio de colapso de colmeia, como o Professor disse. Nós os proibimos por causa da avaliação de risco, que mostrou a intoxicação aguda na aplicação aérea. Aguda não é colapso de colmeia.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Mas, doutor, o senhor disse que o estudo mostra que não era agudo, que o principal problema era crônico.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Isso. O principal problema é crônico, mas o que nos levou à proibição... Esses, nós não temos certeza. Esses são os estudos que nós estamos fazendo. É preciso distinguir essas duas coisas, o senhor colocou bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exato.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Uma coisa é do que nós temos certeza. Do que nós temos certeza? Da ocorrência de acidentes por aviação, aérea. A avaliação de risco mostrou que esse risco é altíssimo, mesmo com valores conservadores, e esses são os casos de mortandade que nós temos, agudos, comprovados.

O que nós não temos comprovados? Os efeitos crônicos que levam ao colapso de colmeia e a translocação na planta. Por isso nós pedimos os estudos de resíduo, que as empresas têm de nos apresentar, e o estudo de semicampo. Só ao final desse processo é que nós saberemos, de fato, qual é a situação dos produtos.



Só para concluir: de antemão, nós já sabemos, com a aplicação dos efeitos agudos... Vejam bem, tem uma nova metodologia para avaliar risco para efeito agudo. Nós já aplicamos e já verificamos que há necessidade de rever o registro.

Então, isso já está decidido. Não tomamos, formalmente, a decisão, mas a gente já sabe, da mesma forma como os outros países fizeram, que esses produtos não continuarão com o padrão que eles tinham quando foram registrados.

Agora, que padrão terão, isso será resultante da conclusão dos estudos que nós estamos fazendo, somada com o aporte da agricultura em relação às técnicas de manejo que nós teremos de adotar, daqui para frente, para minimizar os riscos de meio ambiente e saúde e maximizar a nossa produção agrícola. Então, a única coisa que estamos sinalizando aqui é que não imaginem que vai ser possível desconstituir a base técnica e científica que o mundo inteiro construiu em relação a esses produtos. Dessa forma, não; cientificamente, com medidas de prevenção, com medidas de gerenciamento da aplicação dos produtos, sim. E nós estamos abertos a isso. O mundo inteiro está fazendo isso, e nós faremos também. Agora, não imaginem que vai ser simplesmente assim: o Ibama revê a medida, retira a medida dele e volta tudo como era antes no reino de Abrantes. Isso não vai acontecer, porque hoje nós somos um país desenvolvido ou em vias de desenvolvimento nesse setor.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só para concluir, Dr. Márcio, há algum produto novo sendo estudado para se colocar no mercado substituir esses que estão sendo retirados para fazer uma transição?

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS** – Existem. A Bayer já nos assinalou essa situação. E eu queria salientar o que eu disse aqui, que não foi bem captado. Existem hoje neonicotinoides autorizados para aplicação aérea, para o combate dessas pragas na prateleira para serem comprados. Então, nós não banimos todos os neonicotinoides. Aliás, não banimos nenhum. Nós simplesmente interrompemos três deles temporariamente até a conclusão da reavaliação – temporariamente três deles, que perfazem 9% dos inseticidas registrados no Brasil, inclusive para aplicação aérea, como eu demonstrei nos 80 e tantos produtos disponíveis para aplicação aérea para o combate das pragas que estão sendo colocadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado. Dr. Márcio, o Carlos Henrique quer fazer um contraponto. Eu peço que o faça rápido, porque nós temos que ouvir os Senadores também.

**O SR. CARLOS HENRIQUE** – Rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

**O SR. CARLOS HENRIQUE FÁVARO** – É só para fazer algumas intervenções. A minha intervenção é a seguinte: ficou claro aqui para os Senadores, no pronunciamento do Dr. Rangel, como é confuso o processo de



reavaliação e de banimento de moléculas. Quando se vão banir algumas moléculas, é ofertado ao mercado outro grupo de moléculas. Quando vai reavaliar esse outro grupo, é ofertado aquele que foi banido. Ficou muito claro aqui para os Senadores como é confuso, na própria fala do Dr. Rangel.

Bom, com relação ao pronunciamento do Dr. Márcio, eu queria deixar claro também que ele, insistentemente, diz que a medida tomada pelo Ibama não sofreu nenhuma interpelação judicial; portanto, ela é legal. Nós não estamos aqui para questionar a legalidade ou o direito do Ibama de fazer isso. Acho que o campo para isso ser tratado não é o judicial; é tecnicamente. Nós somos os produtores mais sustentáveis deste País, do mundo e queremos tratar essas reavaliações de forma técnica e não judicial.

Por último, nós já debatemos isso na Câmara, na última terça-feira, onde o Dr. Márcio diz: o crescimento do uso dessas moléculas. Ora, nós, de novo, somos produtores que temos responsabilidade socioambiental e, mais que isso, econômica. Nós não levamos para casa esses produtos para usar deliberadamente, até porque economicamente não é viável e não é isso que nós queremos fazer.

Eram só essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Senador Ivo Cassol, pela ordem.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Eu só queria aproveitar para fortalecer. Primeiramente, cumprimentar o Presidente, demais colegas, expositores. Eu vejo, em toda essa situação, que nós vivemos uma contradição, e tudo da mesma base, do mesmo Governo. Nós vemos, de um lado, o próprio Ibama colocando restrição a certos produtos, e a Anvisa, de outro lado, não liberando novos produtos. O Governo não se entende. Desculpe-me, mas o Governo não se entende. A primeira coisa que o Governo tinha que fazer – nós somos da Base – era se entender. Nós temos tantos novos produtos com melhor qualidade. Se vier um produto amanhã que substitua esses com redução de 70%, a Anvisa demora, no mínimo... Eu quero saber qual é o esquema que tem dentro da Anvisa.

Eu já protocolei na Comissão de Fiscalização e Meio Ambiente requerimento, porque eu quero ouvir o Diretor, quero ouvir o Superintendente da Anvisa, quero ouvir o Diretor da Toxicologia, porque há produtos novos lá para serem liberados e não o são, porque temos que nos modernizar, nós temos que substituir. Não podemos viver só com aquilo que está no passado. Tem algum problema? Tem. Temos que corrigir? Temos.

Mas, ao mesmo tempo, eu percebo que há certas situações que são impostas pelo Governo – e quando falo Governo, falo Ibama, falo todo mundo da Base do Governo – como se o agronegócio, o setor produtivo do Brasil, não fosse nada.



Eu queria que o setor produtivo parasse de plantar um ano. Eu queria ver o que os burocratas aqui em Brasília iam botar na mesa dos filhos para poder fazer, porque tudo não pode, tudo tem que ter alguma coisa errada, qualquer coisa que faz é sempre em cima de quem produz. Enquanto lá fora há subsídio para isso, subsídio para aquilo, há ajuda para aquele outro, há ajuda para aquele outro, aqui vem o seguinte: fumo para cá, fumo para lá e fumo aqui! É só fumo!

Eu não vejo vantagem nenhuma. Em tudo que fazemos, só apanhamos. Nós somos teimosos. Nós, na verdade, somos verdadeiros produtores teimosos. Aquilo que fazemos é com muita garra, muita vontade, muita raça.

Quantas pessoas saíram do Paraná, do Rio Grande do Sul, de outros Estados e migraram para a Região Norte, para a Região Centro-Oeste, para poderem produzir, plantar, fazer as coisas! E muitas vezes se toma uma decisão, sem antes conversar, sem dialogar com o setor.

Um exemplo é a posição que tomaram agora, o decreto que tomaram agora. Por que não sentaram com quem produz para ver quantos anos há de contrato, como funciona, como não funciona, o que pode ser feito, de que maneira pode ser diminuído? Não, o cara vai lá e, porque tem uma caneta, acha que é Deus, já tem certeza de tudo que está fazendo.

Desculpem-me, porque há contradição em tudo; entra o aquecimento, a chuva, não sei quê. A maioria, com conversa para boi dormir. É só o dinheiro que está em jogo, porque ninguém faz nada de graça neste mundo, neste País.

Eu entendo o seguinte: qualquer decisão que o Ibama tome, antes de tomá-la, deveria sentar com o setor produtivo. Qual setor vai ser penalizado por não usar um produto? O fulano. Então, vamos primeiro dialogar, porque há as associações organizadas, a federação da soja, do algodão.

Não consigo muitas vezes entender: ficamos só correndo atrás. Nós acabamos atropelando isso. Muitas vezes a nossa Casa não toma posição. A posição nossa aqui é ficar discutindo, discutindo e não produz. Isso é ruim para o País.

Mas eu proporia para o Brasil, para todos os produtores do Brasil que parassem por um ano; que todo mundo parasse por um ano. Aí eu queria ver todo mundo espremer.

No Brasil, enquanto o Ibama era contra fazer qualquer coisinha, qualquer degradação antes do Código Florestal, eu estava olhando – não sei o que estava passando aí, Professor – não sei se na Europa, não sei onde, eles só não plantaram no topo, lá em cima, mas, na encosta, até onde deu, o pessoal com segurança plantou.

Quer dizer, é isso que se precisa levar em conta. Não é levar a lei a ferro e fogo. O que temos de dar é prioridade para a produção, desde que



possamos compreender os dois lados, mas, ao mesmo tempo, atender à demanda.

Daqui a pouco, o seguinte: bem, então não se pode mais pulverizar? Daqui a pouco, entra uma praga lá, e não há mais algodão para o ano que vem. Bem, não se pode mais pulverizar, e o agricultor, o sojicultor, o produtor não está preparado com máquina, para poder atender a essa demanda do dia para a noite, nem as indústrias têm trator para entregar do dia para a noite.

Eu falo isso, porque nós, em Rondônia, quase não produzimos soja. A nossa produção de soja é pequena, é mais no Cone Sul e também não é pulverizada via aérea, mas, para conseguirmos uma plantadeira, a indústria não tem para entregar. A indústria não tem para entregar plantadeira! Vejam só a procura que há. Então, imagine ter de substituir, do dia para a noite, os aviões por tratores e por pulverizadores. Não sei se vai haver estrutura para isso.

Então, é isso que precisávamos planejar, antes de tomar qualquer decisão. Isso, em todas as áreas. Não é por nada, entendeu? Vocês estão com a razão em parte. Não há problema nenhum, mas, antes de tomar essa decisão, antes de meter a caneta, vão conversar com o setor. Vocês têm um prazo para se adequarem, e o pessoal vai começar a comprar equipamento, a se estruturar, para, lá na frente, mudar isso. E não a ferro e fogo.

Infelizmente, é a ferro e fogo. O Ibama mete a caneta aqui, e a Anvisa, de outro lado – não sei o que há, não sei o esquema que há lá dentro –, não aprova os novos produtos. Não aprova. Não aprova.

E há produto... Um produto só está no mercado, dois estão no mercado, e nós, bestas, produtores, ficamos pagando por esse produto caro e absurdo.

Então, precisamos também uma ação. Que vocês, do Ibama, antes de tomar isso, intervenham junto ao próprio Governo. Vocês têm de se entender. “Não, mas a Anvisa não tem nada comigo.” Aqui é assim. É o seguinte: Ibama não tem nada que ver com a Anvisa; a Anvisa não tem nada que ver com o Ibama; outro não tem nada que ver com a agricultura; outro não tem nada que ver...

“A minha parte é ferrar” e “a minha é levar o ferro”. Então, temos de acabar com isso. Precisamos, na verdade, que haja um entendimento, para podermos produzir com segurança, porque não vivemos sem alimentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Senador Acir Gurgacz, estou preocupado, porque acho que teríamos de estar lá, conversando com a Gleisi, a Ministra. Acho que é lá que vamos resolver esse assunto.

Acho que aqui ficou para mim suficientemente claro. Desculpe-me, Dr. Márcio Rosa. O comportamento do senhor pode ter sido involuntário, mas foi desrespeitoso para com seu colega, que é um cientista do meu Estado. E eu me



senti ofendido pela forma como o senhor se comportou aqui. O senhor foi incoerente em várias fases da fala, mas acho que isso vai ficar para outra oportunidade.

Só acho que na Embrapa, Cattelan, vocês têm de ter uma posição mais correta, porque representam a pesquisa brasileira. Temos que afirmar isso categoricamente. Ninguém aqui...Não sou nem produtor rural. O nosso grande governador Ivo Cassol é, eu não sou; eu sou médico e professor, dei aula de química a minha vida inteira. Então, não sou um leigo no assunto, porque, muitas vezes, Prof. Paulo Eduardo, as pessoas vêm aqui, falam um monte de coisas e, como a maioria não tem um conhecimento técnico, aquilo vira palavra de Deus.

E hoje o senhor fez um contraponto que me pareceu muito interessante: que quando não há prova científica, é a hora de invocar o princípio da precaução. Acho que isso é um absurdo. Até comparei na outra fala minha aqui. Para se localizar um elétron, tem-se que localizar o orbital. Tem um princípio de Heisenberg, o princípio da incerteza. Então, ninguém aqui...Não sou...Um dia, um cara me disse aqui que as moléculas eram diferentes, mas...Eu falei: escuta, você está falando de isomeria? Tiram umas coisas que acham que aqui todo mundo é bobo, não tem algum conhecimento. Então, por favor, vamos ter que tratar desse assunto com muita cautela.

Eu queria só saber, na opinião do Dr. Paulo Eduardo, se, quando, através da aviação agrícola, vai-se usar esse produto – já que ele é usado através da aviação agrícola e na forma terrestre, em uma área grande, e estamos falando de área grande, que é o Cerrado – a aviação agrícola representa um perigo maior? Porque isso é importante, é fundamental para o debate aqui. Porque se não vamos banir, vamos apenas ver... Então, não vai ser mais usado na forma de pulverização. Porque, às vezes, a pulverização, no meu entendimento, pode delimitar a área com muito mais eficiência. E como o tempo que vai ser usado será menor, a impressão que tenho, como leigo, é que os efeitos disso seriam menores. Teriam que ser, pelo menos, intuitivamente falando. Isso é que tínhamos de debater aqui, objetivamente, para não...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos pedir ao Dr. Paulo para responder.

**O SR. PAULO EDUARDO DEGRANDE** – Muito objetivamente, se bem feitas, ambas têm o mesmo risco. A aplicação área, em tese, tem mais risco. Por isso, ela é mais regulamentada. Na prática, não há fiscalização. Mas se ambas forem bem feitas, o risco é praticamente igual. Sob o ponto de vista de abelhas, que é o assunto de nossa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Alexandre, da Embrapa, gostaria de fazer alguma colocação sobre esse assunto?

**O SR. ALEXANDRE JOSÉ CATTELAN** – Muito rapidamente, Senador Moka, agradeço. Realmente, já discuti o assunto com o nosso Presidente Maurício Antônio Lopes. Ele está muito preocupado com esse assunto, já colocou



a Embrapa à disposição. Estamos fazendo um arranjo de projetos para estudar profundamente esse assunto e podermos dar uma resposta a mais técnica possível, a mais compreensiva, para que essas decisões sejam tomadas o mais possível em bases técnicas nas condições brasileiras. Só isso, obrigado.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Eu entendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Márcio queria fazer o contraponto.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Só queria dizer que eu entendo que, quando a Embrapa tiver uma posição, porque é nossa empresa oficial...Acho que o Ibama e o Mapa teriam que se adequar a isso. O grande problema aqui é que temos três Ministérios envolvidos nessas coisas. E aí um acha que seu ponto de vista é a saúde, a agricultura acha tem que proteger o agricultor e o Ibama tem que proteger o meio ambiente. Tudo bem, mas tem que ter um ponto de convergência nisso. Isso é fundamental. E acho que aí entra a Embrapa, que tem uma pesquisa, em tese, isenta de tudo isso e que vai dar tecnicamente um norte que vamos seguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Márcio Freitas.

**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS** – Gostaria de dizer que aceitamos as críticas feitas ao nosso processo. Estamos abertos, como já coloquei desde o início, à revisão das medidas, na medida em que nós possamos garantir nosso papel legal.

Só queria salientar a questão do risco, que o senhor perguntou. Eu procurei demonstrar isso aqui, acho que não fui feliz. Fizemos avaliação de risco para aplicação terrestre e aplicação aérea nas lavoura, utilizando a metodologia utilizada no mundo inteiro para verificar o risco. E eu mostrei nos gráficos ali que o risco foi distinto. Usamos valores de deriva mundiais, de 8%, e não os valores brasileiros, de técnicas menos aperfeiçoadas, de 20%, que a Embrapa detecta no Brasil. Com esse valor de 8%, o risco foi mais alto para a aplicação aérea para as abelhas – no Imidacloprid especificamente – do que para as outras espécies.

Então, entendam o seguinte: nós fizemos os estudos de risco específicos para os produtos brasileiros, com as doses indicadas, com a metodologia indicada, e foi isso que nos levou a tomar essa medida de precaução. Estamos sujeitos a críticas, aceitamos as críticas, estamos discutindo esse assunto com o Mapa, vamos tirar uma posição de Governo. Acredito que esta audiência – já me despedindo – muito contribui para isso.

Eu parabenizo os Senadores aqui presentes e aceito de bom grado as críticas todas, inclusive as feitas ao meu comportamento, pelo qual já pedi desculpas, e fico à disposição para que nós avancemos no sentido da convergência necessária nesse tema.

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**  
**SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

SF - 47

CRA (35ª Reunião Extraordinária)

13/12/2012

---

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu agradeço a presença aqui do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, da Embrapa, do Professor da Universidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, do Dr. Sérgio De Marco, de Carlos Henrique Fávaro, da Aprosoja, e esperamos que, através desta audiência pública, nós possamos contribuir para a agricultura brasileira, ouvindo os produtores, ouvindo o Governo e, dessa forma, dando a nossa parcela de contribuição para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Nós temos uma audiência – já estamos atrasados – e vamos, então, encerrar os nossos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

*(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)*